

11ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA**ATA N.º 11/2023****SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2023**

-----Ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

-----Às vinte e uma horas e quinze minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES:-----

MEMBROS ELEITOS:-----

1. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva; -----
2. José Bernardino Pinto Nogueira; -----
3. Agostinho Gaspar Ribeiro; -----
4. Eduarda Filipa Pereira Ferreira; -----
5. Sandra Maria Leonor; -----
6. João Carlos Fonseca; -----
7. Rúben João Pinto Bessa; -----
8. Maria José Pacheco Meireles Magalhães;-----
9. Pedro Miguel Amaral Silva; -----
10. Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;-----
11. Vítor Carlos Almeida da Silva; -----
12. Ana Cristina Leal Moreira; -----
13. Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes; -----
14. Ricardo Manuel de Bessa Marques; -----
15. Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----
16. Antero de Sousa Correia, em substituição de Paulo Alexandre Pedro de Magalhães;
17. André António Neves Magalhães, em substituição de Carlos Manuel C. Moreira;-----
18. Joana Sofia Pacheco Nogueira; -----
19. Maria de Lurdes Oliveira e Castro. -----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO:-----

- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----
- Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira;-----
- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde; -----
- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;
- António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----
- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida); -----

- -- Eduardo A. Vilar Barbosa, da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem; -----
- -- **Rute Solange Ferreira da Cunha**, como representante legal de Fausto Manuel da Costa Oliveira, da União de freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- **Verificou-se estarem presentes 27 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores, António Filipe Cardoso Barbosa (Coligação Acreditar Lousada), em virtude do pedido de substituição apresentado pela Sra. Vereadora Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada (em virtude do pedido de suspensão do mandato de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro); Manuel António da Mota Nunes (PS); Maria do Céu Vieira da Rocha (PS); Carlos Manuel Soares Nunes (Coligação Acreditar Lousada); Nelson Ângelo Coelho Oliveira (PS) e António Augusto dos Reis Silva (PS). -----

----- Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos: -----

----- Em virtude do **pedido de suspensão do mandato** de Sr. Vereador Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, é substituído pela Sra. Vereadora Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada (PPD/PSD), e em virtude da mesma não poder estar presente nesta sessão é substituída nesta sessão pelo Sr. Vereador António Filipe Cardoso Barbosa (PPD/PSD). -----

----- Apresentação da justificação de falta à presente sessão ordinária da Assembleia Municipal: -----

Luís Daniel F. Peixoto, Presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. --

E

----- Pedido de substituição nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei 169/99 de 18 de setembro (versão atualizada): -----

→ -- **André António Neves Magalhães** (PPD/PSD) substitui o Membro Municipal **Carlos Manuel Moreira** (PPD/PSD), uma vez que o elemento a seguir na lista de candidatos à Assembleia Municipal, Maria Emília Pereira Teixeira (PPD/PSD), se encontrava indisponível para estar presente nesta

sessão de 29/06/2023; -----

→ **Antero de Sousa Correia (PS)**, substitui o Membro Municipal **Paulo Magalhães (PS)**. -----

-----E, pedido de substituição de nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada e, al.º c) do n.º 1 do artigo 18 da lei n.º 75/2012 de 12 de setembro (versão atualizada);-----

- **Armando Jorge da Mota Moreira**, Presidente da Junta de freguesia de Lodares substituído pelo seu representante legal **Carlos Manuel da Rocha leal Ribeiro**. -----
- **Fausto Oliveira**, Presidente da Junta da União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, substituído pela sua Representante Legal **Rute Solange Ferreira da Cunha**.-----

-----Deu conhecimento das Atas das Reuniões da Câmara Municipal: -I

- Ata n.º 37 da Reunião Ordinária de 08/05/2023; -----
- Ata n.º 36 da Reunião Ordinária de 24/04/2023; -----
- Ata n.º 35 da Reunião Ordinária de 03/04/2023; -----
- Ata n.º 34 da Reunião ordinária de 24/03/2023. -----

-----Em seguida foi posta a discussão/votação a Ata da Assembleia Municipal n.º 10/2023, referente à Sessão Ordinária de 28 de abril de 2023, não se tendo registado qualquer intervenção, foi colocada a votação, **a mesma foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes participantes na sessão de 28 de abril de 2023**. -----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----De seguida a Mesa da Assembleia apresentou a proposta n.º 1, voto de pesar: -----

-----“A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do pai do membro desta Assembleia, Jorge Agostinho Magalhães da Cunha, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda.” ----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovado, por unanimidade de 27 votos. -----

-----**Foi cumprindo um minuto de silêncio**. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS** -----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes.-----

-----**Entraram na sala, pelas 21 horas e 22 minutos, os seguintes Membros Municipais:**-----

- **João Carlos Pinto Correia**, do Grupo Municipal do Partido Socialista;--
- **Joaquim José Correia Bessa**, do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada; -----
- **Nuno Daniel de S. Ferreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, do Grupo Municipal do Partido Socialista; -----
- **Diogo Agostinho C. Aires**, Presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Coligação Acreditar Lousada e; -----
- **João Fernando Pinto Magalhães**, Presidente da União de Freguesias de Figueira e Covas, Coligação Acreditar Lousada. -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, ANA LEAL MOREIRA, da Coligação Acreditar Lousada:**-----

-----«Muito boa noite a todos, começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente, Vereadora, Vereadores, Deputadas Municipais, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social, Lousadenses. -----

---Quero começar por parabenizar a iniciativa do Município pela adesão desde o mês passado de fevereiro à rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, que é um projeto levado a cabo pela FNAJ, pela Federação Nacional de Associações Juvenis. A Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, é uma plataforma de contato e compromisso do poder local e do Movimento Associativismo Juvenil para a implementação de reais políticas de Juventude e a par do concelho de Lousada esta rede conta com mais de 150 concelhos a nível nacional, que também por iniciativa própria quiseram aderir a esta rede. No terceiro encontro de Municípios Amigos da Juventude, que decorreu em Pinhel, em 26 de Maio, Lousada e salvo erro, todos os Municípios inscritos na rede foram reconhecidos como Municípios Amigos da Juventude, onde receberam atribuição oficial da bandeira e do selo de Município Amigo da Juventude, que é aquilo que nós podemos ver orgulhosamente implementado nas rotundas da Vila. E, como um bom exemplo de prática de política de juventude, temos o Festival Vila, que irá decorrer no próximo fim de semana. E, quanto a este assunto começo por salientar que a Coligação Acreditar Lousada, é totalmente a favor da realização deste festival, contudo apesar de ser a favor da sua realização, o mesmo não podemos dizer quanto ao seu orçamento. E, desta forma à semelhança do ano passado questiono o senhor Presidente

sobre quanto custou ao Município o Festival Vila do presente ano? E, peço que me diga detalhadamente quanto custou a montagem, a desmontagem, os artistas, etc. No ano passado, tive a oportunidade de fazer exatamente a mesma questão ao senhor Presidente e a única resposta que tive foi que o festival no total rondou à volta de 100 mil. Este ano certamente que já esperavam que fizesse essa pergunta novamente, por isso espero que tenham sido inteligentes ao ponto prepararem a vossa resposta, quanto mais não seja para demonstrar ... Desculpe quando um burro fala, os outros baixam as orelhas.» -----

----- **Intervenção da senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro:** -----

----- «Desculpem, por favor, João vamos respeitar, certo. Estamos a começar esta Assembleia, para que os trabalhos corram na perfeição, vamos respeitar ambas as partes. -----

----- **CONTINUAÇÃO da Intervenção do Membro Municipal, ANA LEAL MOREIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** -----

----- «Por isso, espero que tenham sido inteligentes ao mesmo ponto de prepararem a resposta, quanto mais não seja para demonstrarem como costumam dizer serem o Município de contas certas. E, como para este ano, infelizmente já não terá influência, deixo aqui uma sugestão para o Festival Vila de 2024, que é a contratação do cantor português Ivandro, uma vez que julgo que ele fez uma música homenagem a Lousada, retratando bem a nossa realidade, onde refrão é assim: -----

“Quero voar pra longe

Comprar uma casa e construir um lar

de onde venho o povo ainda sofre

Mas todos sonham encontrar essa paz”.

---E, já que estamos a falar em lares peço que o senhor Presidente esclareça aos jovens lousadenses quanto ao programa de habitação dos 42 novos fogos para arrendamento acessível, junto da GNR de Lousada. Relembrar que este empreendimento será realizado pelo IRHU, em parceria com a autarquia e financiado pelo PRR. E, assim sendo, o PAA, programa do rendimento acessível nacional tem um objetivo de criar arrendamentos compatíveis com os rendimentos das famílias. Ou seja, os inquilinos a inscreverem-se na plataforma têm de dizer qual é o seu agregado familiar e quais são os seus rendimentos brutos. Os inquilinos para terem acesso a isto têm de ter uma taxa de esforço entre 15% e 35% e, a taxa de esforço é a percentagem que no nosso rendimento dispensamos para poder pagar essa renda mensal. Eu vou dar agora um exemplo para nós conseguirmos perceber melhor em que temos o valor de referência do mercado de um imóvel, por exemplo, de 800€, ou seja 20% dessa renda, que é a taxa de esforço, não, peço desculpa, temos esse imóvel que custa 880€, o que é que acontece? Temos esse programa, dá-nos o financiamento de 20%, ou seja, temos uma renda mensal de 704€. Portanto, um agregado familiar com 2 adultos e uma criança, sendo que os 2 adultos ganham 635€, ou seja,

um valor total de 1.270, sendo a renda do imóvel 704€ e a taxa de esforço neste caso, ser de 55%, este agregado não seria abrangido por este programa. Se este PAA não é para a classe baixa, deduzo que vamos para a classe média, mas se voltarmos a fazer todas as contas com rendimentos um bocadinho superiores àqueles que disse anteriormente também vamos perceber que esse mesmo agregado familiar não será abrangido por este programa de arrendamento acessível, apesar de ser intitulado como arrendamento acessível, é uma ilusão. Desta forma, peço ao senhor Presidente que me esclareça como é que os Jovens Lousadenses poderão ter acesso a este programa e quanto é que serão o valor das rendas? Por fim, falarmos também das Bolsas de Estudo. Já vim este púlpito duas vezes falar desse tema pedindo um aumento das verbas e uma antecipação do pagamento dos montantes. Senhor Presidente, estamos praticamente em julho e já não há aulas e só agora é que o Município vai efetuar os pagamentos referentes ao ano letivo que passou. Não diga à boca cheia como já fez aqui a mim responder em 2021, em 2022 e em mandatos anteriores também, que é dizer, não é por esse valor da bolsa que a Câmara Municipal dá aos alunos que os vai fazer estudar ou não. Como também diz, relativamente, à habitação, que não é pelo pagamento ou não do IMT, que os jovens vão comprar, casa ou não. Somos o segundo concelho mais pobre do distrito do Porto e ainda que venha dizer em contraposição que somos o concelho com mais carros de luxo, eu elucido-o que nem todos nós andamos de carro, mas sim de transportes públicos, quer dizer aqui em Lousada não, porque quase nem há, e é por isso que é urgente uma rede de mobilidade eficaz no concelho de Lousada, mas vocês não percebem. Paguei a minha licenciatura, paguei o meu mestrado, paguei minha carta de condução e tudo o que possa imaginar, porque sempre trabalhei e estudei ao mesmo tempo e acredite que eu sei que faz diferença uns 200, uns 400, uns 600€ ao final do mês, num orçamento de um jovem, principalmente quando este destina a pagar os seus estudos, se destina à sua emancipação e se destina à construção do seu elevador social. Infelizmente, ainda há muita pobreza no nosso concelho. Infelizmente, ainda há muitas famílias, inclusive aquelas famílias que recebem aqueles cabazes por volta das autárquicas que são pobres. Essas famílias têm muitos jovens e muitos deles, sonham em ter um futuro digno, um futuro. E cada migalha conta, porque nem todos nós nascemos ricos. --- Senhor Presidente, não tentem iludir os jovens lousadenses, eles merecem respeito e se fosse a si quanto à minha intervenção, nem respondia, porque teria vergonha de gastar mais ou menos 100 mil euros num festival de música e, ter uma verba que ronda mais ou menos os 50 mil para atribuir bolsas de estudo. Isto é o socialismo meus amigos. Obrigada.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada:** -----

----- «Antes de mais começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia, todo o executivo na pessoa do senhor Presidente, os meus colegas deputados, a comunicação social, os senhores Presidentes de Junta, o

lcastn
↓

Público aqui presente e os lousadenses que nos acompanham em casa. ---
---Senhor Presidente estamos a entrar no Verão, que vai iniciar um período cultural mais forte no concelho e por isso, torna-se importante relembrar algumas preocupações já abordadas nesta Assembleia no início do ano e interpelar Vossa Excelência sobre uma questão cultural que nos parece importante e que tem que ver com o Jangada Teatro. Todos sabemos que em Janeiro foi comunicado ao Jangada Teatro, que ficaria fora de os apoios sustentados ao teatro da Direção-Geral das Artes. Convém também recordar que o Jangada, pese embora seja uma importante marca de Lousada, é e deve ser muito mais do que uma Companhia de Teatro só para Lousada. Sendo a única Companhia de Teatro Profissional da nossa região, o Jangada tem uma dimensão regional no Tâmega e Sousa, que lhe acresce grande relevância e, responsabilidades culturais em toda esta área geográfica. Até o líder nacional do CDS, Nuno Melo num recente evento aqui no Distrito do Porto, se referiu à grave situação de discriminação vivida pelo Jangada às mãos do Governo Central. Bem, sabemos dos apoios que esta Câmara disponibiliza ao Jangada quer ao nível de investimento direto, quer com a cedência do auditório e com consignação de receitas, apoios em monta muito superior por comparação com outras instituições do concelho. Sabemos até mais recentemente que a CIM, também tem partilhado dessa ajuda. Mas sinceramente, senhor Presidente é nosso entendimento que não é justo que seja esta Câmara, não é justo que sejam os lousadenses arcar quase em exclusivo com as ajudas ao Jangada, quando o governo central, que todos os dias enche a boca de pregões de descentralização desconsidera e menospreza por completo a importância cultural desta nossa companhia, que é e se pretende sempre de relevo regional. Muito se falou na última campanha da necessidade e importância da Presidência desta Câmara ter peso e capital político suficiente para a afirmação do concelho a nível nacional. O senhor Presidente na Assembleia de fevereiro, afirmou e está em ata que tinha encetado contactos e que aguardava uma audiência com o senhor Ministro para debater esta injustiça. Pois bem, passado meio ano, venho questionar se o fez e o que eventualmente conseguiu junto do Governo Central ou se, pelo contrário, a política deste executivo municipal passa por assumir uma posição de subserviência aos caprichos de Lisboa e deste Governo, também ele Socialista e continuar a colmatar sozinha as necessidades do Jangada totalmente expensa desta Câmara e dos lousadenses, quando se trata de um projeto que, como se disse, se pretende de relevo regional para que continue a ser uma janela e um ponto de referência, não só em Lousada, mas também de Lousada para o mundo, disse.» -----

-----Entraram na sala, pelas 21 horas e 34 minutos, os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

- **Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro**, representante legal do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lodares, **Armando Jorge da**

- Mota Moreira**, do Grupo Municipal do Partido Socialista e; -----
•--- **José Oliveira Nunes**, Presidente da União de Freguesias de Nespereira e Casais, do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada. -----

----- Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada: -----

----- «Boa noite a todos, senhora Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, estimado público, comunicação social. -----
---Senhor Presidente o PDM, Plano Diretor Municipal, é o principal instrumento para a organização do nosso território. O plano diretor municipal define o uso e a ocupação do solo. O PDM de Lousada está como sabemos em vigor aproximadamente 30 anos, foi e continua a ser um documento importante na regulação da nossa terra, em termos urbanísticos e paisagísticos. No entanto, desde a sua conceção, passando pelas diferentes revisões, os autarcas, neste caso os eleitos pelo Partido Socialista não quiseram ou não souberam reservar espaços destinados a equipamentos públicos e privados essenciais para o desenvolvimento do território e para o bem-estar da população. Alguns exemplos para melhor compreenderem, entenderem o que pretendo com esta minha afirmação. Hoje, se a Câmara Municipal de Lousada pretender construir uma variante a sul da Vila de Lousada, que até é mesmo necessária, não o poderá fazer porque não reservou espaço para ela no PDM. Agora, para construir uma variante a sul da Vila de Lousada tem 2 opções, proceder à expropriação de terrenos e casas com custos astronómicos ou constrói a variante passando pelas freguesias de Lodares, Boim, Meinedo, Aveleda e Nogueira, o que não faz grande sentido. Mais na Vila de Lousada permite-se a construção em praticamente todo o perímetro da Vila, não há terreno reservado em PDM para a construção de equipamentos públicos e também para a realização, por exemplo, das Festas Grandes de Lousada. Dificilmente se consegue arranjar espaço para lançar o fogo de artifício e para instalar, por exemplo, os carroceis. A este ritmo de construção daqui a poucos anos, as festas da Vila vão ter lugar no Complexo Desportivo, por exemplo, o que não faz sentido. Outro exemplo, não soube a Câmara Municipal de Lousada reservar em PDM terreno para a construção de um novo Quartel dos Bombeiros Lousada. Veja-se a dificuldade que a Direção dos Bombeiros tem tido para adquirir os terrenos para a construção do novo edifício. -----

---Mais outro exemplo, é preciso construir um novo Centro de Saúde na Vila de Lousada e não há terreno reservado no atual Plano Diretor Municipal. Ainda outros exemplos, com algumas poucas exceções nas freguesias, não estão reservados no PDM, terrenos para a construção de equipamentos públicos. E, agora a Câmara Municipal de Lousada vê-se obrigada a pagar, já pagou e vai pagar milhões de euros na aquisição dos terrenos para construir equipamentos públicos, porque em tempo não soube planear e projetar o futuro no nosso território. Mas nem tudo está perdido ainda vamos

a tempo de corrigir alguns erros e omissões. O atual PDM de Lousada como sabemos, está em fase de revisão. É hora de tomarmos medidas quanto ao futuro do nosso território, as decisões que o atual Executivo Camarário e também esta Assembleia Municipal assumirem relativamente à revisão do PDM de Lousada, vão ter repercussões nas populações e nas instituições deste Concelho, no mínimo durante as próximas décadas. É muito importante, pois identificar no PDM as áreas agrícolas, florestais, de proteção ambiental e de construção. Mas noutro nível, é também fundamental definirmos e reservarmos espaços para a construção de imensos equipamentos públicos e privados em diferentes áreas e que são ou vão ser fundamentais para o bem-estar da nossa população em áreas tão diversas como a educação, desporto, cultura, emprego, ação social, saúde, lazer, habitação social, proteção civil mobilidade, rede viária e transportes. -----

---Senhor Presidente da Câmara, espero que os estudos estejam feitos para que no novo PDM de Lousada fiquem salvaguardados terrenos para construção de novos equipamentos públicos e privados, nas áreas que referi e noutras que não mencionei, para que o planeamento em Lousada seja eficaz, funcional e com custos financeiros mais razoáveis para o Município. Senhor Presidente da Câmara, o PDM está em fase de revisão, como referi, exigimos rigor, transparência e planeamento estratégico, disse.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, JOÃO FONSECA, Partido Socialista:** -----

-----«Senhora Presidente da Assembleia deixe que a cumprimente, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas, público aqui presente e lousadenses que nos estão a assistir pela internet. É com grande entusiasmo e satisfação que expresso os meus mais sinceros parabéns ao Município de Lousada. Num contexto de transferências de competências na área da educação, entre outras, quando tantas vezes testemunhamos algum correr atrás do prejuízo por parte de outras autarquias, é admirável ver como Lousada tem sido capaz de aproveitar todas as oportunidades que se lhe apresentam. É com um enorme orgulho que destacamos a visão estratégica do município de Lousada, que tem permitido redirecionar verbas não utilizadas noutros projetos para a Requalificação do Parque Escolar. Este é um feito que merece ser aplaudido, pois demonstra uma verdadeira preocupação com o bem-estar e o futuro das nossas crianças e jovens. Lousada tem também neste âmbito, tem sido um exemplo de dedicação e proatividade. O impacto deste investimento é notável, o valor inicialmente previsto de cerca de um milhão de euros, multiplicou-se aproximadamente 5 vezes, alcançando uma muito apreciável soma de mais de cinco milhões de euros. Esse aumento substancial não só demonstra habilidade deste executivo na gestão de recursos, mas também reflete a sua determinação em proporcionar às gerações futuras um ambiente educativo moderno e de excelência. Há muito a fazer, mas estamos certamente no caminho

certo. A requalificação do parque escolar não só traz benefícios imediatos para os nossos alunos, professores e funcionários, mas também terá um impacto muito positivo e duradouro na Comunidade como um todo. Assim exorto este executivo a continuar este caminho de sucesso, encorajo-vos a preservar na vossa visão e a aproveitar todas as oportunidades que se apresentam para melhorar ainda mais as condições necessárias para assegurar a qualidade das infraestruturas educativas de Lousada, disse.» --

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** -----

----- «Endereço os meus cumprimentos à Mesa desta Assembleia, ao senhor Presidente e restantes Vereadores, a todos os Deputados Municipais, público presente, comunicação social e demais lousadenses. A minha intervenção será curta, no sentido acima de tudo de deixar aqui um pedido, o de mantermos a elevação mútua e o respeito mútuo entre todos, como Líder da Bancada é isso que peço, que seja assim sempre feito como tem sido até agora. -----

---Relativamente às questões colocadas pelo Dr. Leonel do PDM. Eu escutei com atenção até porque também me interessa, não é... -----

---Relativamente às variantes no PDM, percebo o porquê de ter colocado essa questão, mas entendo que também se fere ou melhor se pode ferir em demasia os direitos dos privados, porque ao colocar-se ali aquela salvaguarda naqueles terrenos, significa que depois o privado sai prejudicado com essa situação. Imaginemos que depois o Município não pretende avançar e há aqui um prejuízo que também tem de ser acautelado. Naturalmente, que também em relação a isso, o que eu tenho visto deste Município e bem, é que, o facto de não contemplar no PDM essas salvaguardas, não tem impedido, realmente, este investimento do Município em novos espaços industriais e equipamentos. E é um bocadinho nesse sentido que queria deixar esta intervenção.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, Partido Socialista:**

----- «Senhora Presidente de Mesa, respetiva Mesa, senhor Presidente de Câmara e restante executivo, senhores vereadores, caros colegas, estimado público, comunicação social. -----

----- Não há muitos anos e, acho que todos nós recordamos como é que o Festival Vila começou... A Bancada do PSD era contra a realização do festival, na altura, também, além de ser contra a organização do Festival, também criticava os gastos, portanto, isto não é uma novidade, que os burros dos deputados do Partido Socialista fizeram, foi ou podem fazer e que as pessoas que são inteligentes, não são capazes de fazer, é ir ao Base.gov e, consultar os concursos públicos que foram lançados. Isso é, o que as pessoas burras conseguem fazer e, as inteligentes não. O que as pessoas inteligentes conseguem fazer é, estar à frente de organismos que recebem valores públicos e que os gastam e, que muitas vezes não existe efetivo controlo desses gastos e, podíamos falar aqui de muitas festas e festinhas. -----

Senhor Doutor, eu tenho às vezes algum receio de chegar a Lousada e aperceber-me que dentro dessa Coligação, já alguém resvalou para o populismo da extrema-direita, porque aquilo que a senhora doutora, vem aqui fazer é, um ato de populismo, um bocado leviano, onde confunde o Vila com apoios a estudantes, onde é incapaz de verificar o benefício económico que existe num festival desta natureza para o município e para muitos empresários, para muitas famílias e, neguem-me se ele não existir, neguem-me que não existe esse benefício. É capaz de vir aqui dizer que atribuímos 50 mil euros a estudantes e que não devíamos atribuir 100 mil euros, nas suas palavras ao Festival Vila, mas não me diz, se podemos também atribuir 50 mil euros para as festas que vão ser feitas da Vila, isso para si, já é lícito? Esse festival das festas, já é lícito, pergunto-lhe. É porque quando nós entramos numa toada de populismo, nós tendemos a esquecer do que é essencial e, do que é verdadeiramente importante e daquilo que são as escolhas que todos nós como cidadãos temos de fazer e que aqueles que nos dirigem têm de fazer e, essas escolhas em regra são escolhas que devem ser equilibradas. -----

----- Depois, deixe-me, dizer-lhe uma coisa senhor deputado, falou aqui em cabazes e eu retive que falou nas autárquicas. Eu vi fotos de um carro de alta cilindrada a distribuir cabazes pela altura das autárquicas, de certeza que não era da Câmara Municipal, alta cilindrada. Tem mais de 1.500 de cilindrada deve ser alta cilindrada. Eu por acaso vim aqui hoje, porque pensei que ia estar aqui o senhor Presidente da União de freguesias de Alvarenga, Nogueira, Pias e Silves, o Dr. Fausto Oliveira, porque na última Assembleia, pegamos de amores como sempre e vinha-lhe fazer um quadro e traçar um quadro daquilo que é esta freguesia, quais são os sintomas que já têm reminiscências e que já se começam a ver. -----

Eu não sei se é Metternich ou Bismarck, que dizem que antes de melhorar tudo piora. E, aquilo que estou a ver, é que nesta Junta de Freguesia tudo piora, não há dinheiro para nada, o dinheiro escasseia, depois vem-se queixar que é da Câmara, o problema da Câmara, cheira-me que há ali um problema de gestão muito grande. Eu vou gostar muito de ver as contas; vou gostar muito de apreciar os custos com gasóleo, vou gostar muito disso. -----

Por último, dizer uma coisa, que é relativamente ao PDM, porque não sou, assim tão sénior, mas acho que já tive aqui pelo menos uma revisão do PDM que me lembre... Normalmente, o PDM está em consulta pública, todos os cidadãos, não somos só nós, todos os cidadãos podem dar a sua visão para o concelho, podem propor coisas, os deputados da Coligação podem propor coisas. Agora, esquecemo-nos daquilo que nós somos e de quem nós representamos, aquilo que representamos no nosso dia a dia, a que título for, há uma coisa que é importante, é que, normalmente, há um jogo e há um equilíbrio e volto a referir a palavra equilíbrio, porque viemos aqui ter dois discursos que não eram equilibrados, portanto, eram desequilibrados. Temos de ter um equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado. Entre aquilo que de facto é a defesa do interesse público concelhio na criação de bens de mérito, infraestruturas e, acho que aí, não

terei qualquer pejo em dizer que concordo genericamente com aquilo que aqui veio dizer, que é uma declaração política com a qual eu concordo, obviamente. Não concordo, por exemplo, que precisemos de outro Centro de Saúde, mas isso sou eu, é a minha opinião, obviamente nisso. Agora, que nós precisamos de melhorar a infraestrutura viária, redes de comunicação, que precisemos de ter espaços para escolas e para a educação, piscinas por aí adiante, piscinas, piscinas não, desculpem, enganei-me, foi sem querer. Precisemos de ter espaços para isso, eu concordo. Agora e, o privado e, os privados e o desenvolvimento da parte dos interesses dos cidadãos, dos legítimos interesses dos cidadãos, das expectativas dos cidadãos. É que é uma coisa que está a acontecer, é que Lousada está a crescer. Nós vamos ser confrontados e por isso é que o PDM é revisto. Nós vamos ser confrontados com problemas e com desafios, efetivamente, se calhar, até nível diário, que não existiam antes e, nós agora vamos ser confrontados com isso, provavelmente, se calhar, eventualmente, o nosso PIB per capita, no concelho vai aumentar, fruto de imigrações que estão a ser feitas dentro do próprio distrito. E, portanto, acho que sim, acho que é uma oportunidade impagável, não é única, mas é uma das únicas nos próximos anos de Revisão do PDM, ser feita com seriedade, mas com equilíbrio, com seriedade e com equilíbrio e nesse aspeto, essa convocatória que foi feita é uma convocatória que é para todos, que é para o executivo municipal, que é para nós enquanto deputados e que é para todos os cidadãos, em equilíbrio. Disse.»-----

----- **Intervenção do Membro Municipal, ANA LEAL MOREIRA, Coligação Acreditar** **Lousada:**

----- «Caríssimo colega, João Correia, não tente fazer comigo aquilo que aconteceu há pouco tempo, porque para isso tinha que me dirigir aos deputados do PS como cães ou então aqui os filhos da mãe, porque todos nós sabemos que na frase se há um burro que fala, os outros baixam as orelhas, não está em causa o animal em si, mas o respeito por quem está a falar. Portanto, não venha para aqui falar, se não for para apresentar propostas, porque infelizmente, aquilo que o grupo Municipal do PS, vem para aqui fazer é apenas refutar aquilo que a Coligação Acreditar Lousada diz ou então vem a mando do executivo ou então vem aqui dizer umas coisinhas ou outras. E, digo mais, se ter propostas, se importar com a vida dos lousadenses e querer ter um futuro melhor, eu e para aqueles que moram cá, sim sou populista, muito populista e continuarei a ser populista. Obrigada.»-----

----- **Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar** **Lousada:**

----- «Boa noite a todos, cumprimentar a senhora Presidente da Mesa da Assembleia, senhores secretários, cumprimento muito especial ao senhor Presidente da Câmara, vereadores, a senhora vereadora, caras e caros colegas membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público, comunicação social e como não podia deixar de ser. Cumprimento para

casa quem, eventualmente nos estiver a ver e ouvir ou quem amanhã ou nos próximos dias possa ver esta nossa prestação na Assembleia Municipal, sobre aquilo que interessa ao concelho de Lousada. Queria cumprimentar, de forma particular, pelas palavras da líder do Partido Socialista, acho que sim, acho que devemos manter o discurso pelo respeito, pela elevação e pela qualidade. Isso não impede que digamos algumas verdades, mas independentemente das verdades, não vou usar o termo da Ana, mas deixa-me só terminar. Eu vim, neste ponto, porque acho que o colega da bancada do Partido Socialista, fez aqui algumas insinuações que me parece pouco corretas.-----

----- Primeiro, veio aqui dizer, expressamente, está gravado, que a bancada da Coligação Acreditar Lousada sempre foi contra o festival o Vila. Senhor deputado, é mentira, desculpe, mas é mentira. Até vou recordá-lo do seguinte: este festival começou por ser organizado por privados e pago por quem lá ia, mas era assim que funcionava. E, há de me trazer a ata, onde eu ou alguém do PSD, quer na Câmara quer na Assembleia, foi contra este tipo de evento, porque eu não participo, nem vou a um evento em que sou contra e estive em quase todos, fica a saber.

----- Relativamente, à questão do valor dos 100 mil euros, a mim o que me parece fundamental, é que eu estava aqui nesta Assembleia e a falta de rigor como se respondeu ao valor gasto no festival, é que não é correto. O senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia, onde foi questionado pela deputada Ana Moreira, sobre qual foi o gasto com o festival, o senhor Presidente disse, *"Prá aí uns 100 mil euros, deve andar por aí"*. E, acho que este tipo de evento, deve estar, se não estiver na retina do senhor Presidente, deve estar na do Vereador competente, relativamente ao valor ao cêntimo, mas há um ano não estava. E, é por isso que a Ana, hoje, portanto, se ela hoje levantou esta questão, fez bem levantá-la há um ano, porque hoje vamos ter o valor ao cêntimo. Portanto, isto é fundamental e, a senhora deputada Ana Moreira tinha razão, está a ver. -----

Relativamente à Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, senhor deputado tem de ir a uma Assembleia de Freguesia, não vem aqui fazer insinuações sobretudo numa Assembleia em que o senhor Presidente, não está cá... Fazer insinuações sobre a gestão e seriedade da mesma, foi o que senhor fez, o senhor disse, *"vou gostar de ver"*, não sei porquê, não sei quê que gasóleo tem de interessante ou as contas para você gostar de ver. -----

Portanto, o senhor colocou aqui insinuações que deve fazê-las numa Assembleia de Freguesia, não é aqui, não é aqui e, depois da Assembleia de Freguesia, se achar que algo não está bem, o senhor deputado sabe como costuma aqui advogar: Ministério Público, não é aqui, certo, senhor deputado, o senhor é que é advogado, não sou eu. -----

Rapidamente, o senhor deputado também disse aqui e, afirmou aqui, rapidamente para terminar, senhora Presidente, que também não concorda nada que se precise de um novo Centro de Saúde, é uma opinião. Não concorda nada que não precisa disto e daquilo... Senhor deputado, nós fartamos debater nesta Assembleia Municipal, que era

necessário um parque de estacionamento. Lembra-se disso? Lembra, não se lembra. Pois, está numa agenda da Câmara, o senhor Presidente a dizer que vai fazê-lo, pois é. Nós andamos à frente, está a ver. Disse.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, Partido Socialista:**

----- «Exato, quer se dizer, acho que devíamos fazer já um parque para um heliporto e um parque para aviões, porque daqui a 100 anos, provavelmente, acho que sim... Vamos lá ver, agora fala-se muito do Titanic, 10 anos antes, houve um tipo que escreveu um livro a dizer que ia haver um barco que ia afundar, que ia bater contra um iceberg e ia ao fundo, 10 anos antes daquilo acontecer, portanto, isso existe, esse livro existe, foi publicado nos Estados Unidos. Essa mesma pessoa, já agora, para cultura geral, escreveu um livro, 20 anos depois, a dizer que os Estados Unidos iam ter uma guerra contra o Japão. Isso aconteceu, porquê? E, no livro dizia que era porque o Japão tinha afundado a esquadra norte-americana no Havai, ele escreveu isso 10 ou 15 anos antes num livro, esse livro existe. -----

Meus senhores, se viermos, aqui, propor criar um parque para aviões, muito provavelmente isso vai acontecer ou para carros que no futuro se vão locomover com motores e, que vão levantar na vertical e, que vão por aí adiante. Isso vai acontecer, nada contra. Eu só não sei, agora até fiquei curioso, porque não conheço a agenda, se esse parque é aqui por baixo dos Sr. Afritos, então isso era... não, mas a vossa proposta era, não agora já não é. É incrível como vocês têm memória curta, porque eu vou encontrar essa ata, senhor deputado eu vou encontrar essa ata. Eu sei muito bem o Vila, muitas pessoas que estão aqui, se calhar não sabem, mas eu sei como começou o Vila. Foi uma proposta que que veio do Orçamento Jovem, não estou esquecido disso, eu sei, eu estava aqui, o senhor deputado, também estava, acho que noutra mesa, não podia falar. Mas, provavelmente estava, mas outras pessoas não estavam. Eu sei os debates que nós tivemos aqui nos últimos anos. Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe só isto, nós podemos apresentar propostas ao Executivo Camarário, 365 ou 366 dias por ano e muito provavelmente por e-mail a todas as horas do dia.-----

Não é, necessariamente, aqui, como o senhor deputado já aqui disse no passado e bem que é um centro até de debate político e de debate de ideias, que nós temos necessariamente de vir apresentar ideias. Agora, se a senhora deputada, Ana Cristina, vem aqui e decide apresentar um conjunto de ideias, que certo têm muito de político, tem muito visionário e, que provavelmente têm pouco sumo, digo eu, mas isso é a minha opinião. Ela pode apresentar essas propostas várias vezes ao ano e, de várias formas e, de vários feitios, porque eu chegar aqui e dizer assim, vocês querem ver que me vão todos concordar comigo. Quero mais transportes públicos em Lousada, alguém aqui que discorde. Alguém aqui que discorde, não, não há nenhum, está a brincar comigo... A Rodonorte, não existe, a Landim não existe, não existe nada disso, senhor deputado menos, muito menos... Se eu chegar aqui e disser quero mais transportes públicos em Lousada, alguém discorda, não. A questão, não é essa, a questão é, para termos uma

discussão séria e por isso é que falei na sua deriva populista, é que a senhora doutora, vem aqui, apresenta-se nervosa, mistura assuntos e fala de um tema que todos nós concordamos, Lousada precisa de mais transportes públicos, mas não diz assim, Lousada precisa de mais transportes públicos: objetivo é este, a visão é esta, a missão é esta, a forma como vamos fazer é esta. Vamos dividir em etapas, **“vamos fazer assim, assado aqui aqueloutro”**. Eu, quando faço uma mera reunião de trabalho, é assim que eu faço, porque se eu chegar ao pé de qualquer pessoa e disser, pessoal vamos ter mais transportes públicos em Lousada. Toda a gente diz, vamos. Pronto e, fica-se por ali. Isto é o que acontece. -----

Senhora deputada, aquilo que eu lhe estou a dizer e usando uma expressão, a senhora usou uma expressão, veio aqui me esclarecer o que é que ela significa, acho que todos nós sabemos. Mas vir aqui dizer que queremos mais transportes públicos, basicamente é chover no molhado. E, portanto, por aqui me quedo. -----

Senhor deputado há uma coisa que vou dizer, o senhor deputado, não vem aqui dizer a mim e, dar-me lições, o senhor deputado não é advogado, mas estudou direito, portanto, agora, segundo a nova regra das Ordens, até vai começar a poder ir a tribunal, para si é ótimo. O que lhe quero dizer, não sei se acabaste o curso, por a caso não sei, não interessa. Tens umas noções, pelo menos. Se bem que isso também não é importante, mas tudo bem. Fizeste questão de dizer isso e eu não o escondo. -----

----- O senhor deputado, não me vai dar lições sobre falar de pessoas na ausência delas, porque é assim: em primeiro lugar, porque eu publicamente nesta Assembleia, disse ao Dr. Fausto Oliveira, que durante os 2 meses seguintes ia escrutinar a atividade dele e, tenho coisas para lhe dizer e que não disse aqui, nomeadamente de valores a rondar os 15 mil euros. O senhor deputado, sabe do que é que eu estou a falar. Mas tudo bem, tudo bem, sabe, o senhor deputado sabe, porque o senhor deputado, sabe quem é que é o senhor Presidente de Junta, Fausto Oliveira e, portanto, sabe também o que é que ele faz de bem e sabe o que é que ele faz de menos bem, eventualmente. Eu não estou a falar criminalmente, o senhor deputado veio aqui dizer para eu ir ao Ministério Público, eu não quero ir ao Ministério Público, eu estou a falar politicamente, estou a falar como é que o senhor deputado não é importante que esta Assembleia, que as pessoas que estão aí, saibam que o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvarenga, Nogueira, Plas e Silvares, por estupidez perdeu 15 mil euros da Junta de Freguesia que podiam ser entregues para bolsas de estudo. Não, pois tem de explicar, mas eu avisei-o há 2 meses que vinha aqui dizer-lhe e, ele não está aqui. Sabe o que é que aconteceu na última Assembleia, senhor deputado, o Dr. Manuel Nunes, não estava aqui, vieram para aqui falar coisas do ambiente, sabendo que ele não estava aqui, criticá-lo. Vocês têm uma moral, eu vou lhe dizer, o senhor deputado tem uma moral para vir aqui fazer isso, incrível, incrível. -----

----- Portanto, o senhor deputado, não vai dizer, novamente, que eu atraíção, que falo mal das pessoas nas costas, porque eu não falo, eu avisei o Dr. Fausto Oliveira e, pode lhe dizer que o avisei, porque ele sabe, está

gravado. Está gravado e ele sabe-o. E, está aqui uma representante e também não vou falar com ela, porque ela provavelmente nem sabe disso e, se souber, não vai ter provavelmente capacidade para me responder. Portanto, nem quero isso, eu quero aqui o Dr. Fausto Oliveira, quero aqui o Dr. Fausto Oliveira... Da mesma maneira que o senhor deputado e, essa bancada na última sessão desta Assembleia, deviam ter-se absterido e, deviam ter querido que estivesse aqui o Dr. Manuel Nunes para falar nele. Portanto, não venha dizer a mim, porque *"bem prega Frei Tomás "faz o que ele diz e, não olhes para o que ele faz"*. É o que o senhor deputado veio aqui fazer e, isso lamento. Eu estou-lhe a dizer, vou terminar, estou-lhe a dar exemplos, concretos, da última Assembleia e desta. Entre estas Assembleias aquilo que o senhor deputado veio aqui dizer para não fazer, vocês fizeram-no. Pronto, não, não, o senhor deputado não disse para eu fazer, mas veio aqui mandar-me atacada política como eu tivesse falta de princípios e dietética e isso como disse alguém é que não lhe admito, percebe, disse.»-----

----- Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:

----- «Muito boa noite a todas e a todos. Começando por responder à senhora deputada, Ana Cristina Moreira, relativamente à Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, disse, porventura para menosprezar a distinção que recebemos, que todos são distinguidos. Não creio que seja assim, ou pelo menos se todos foram distinguidos, há graus diferentes nas atribuições que são entregues. E isto é válido não só para esta questão da Juventude, como para outras distinções, como, por exemplo, para a distinção dos Municípios Amigos das Famílias, etc. Ou seja, há determinadas bandeiras ou determinadas distinções que são dadas em função do cumprimento de alguns objetivos, de algumas evidências de que esses objetivos foram cumpridos. Nós temos melhorado esse desempenho, não só enquanto Município Amigo das Famílias, mas também como Município Amigo da Juventude. Não trabalhamos para os títulos, para as distinções, mas fazemos parte destas redes e estarmos sobretudo com a convicção de que estamos a trabalhar para dar as melhores condições, quer seja neste caso, à Juventude, quer seja as famílias, ou o que for. -----

Relativamente, ao Festival Vila, é uma pedra no sapato que vocês têm. O grande problema é o sucesso do Vila, isso é que vos dói, porque se não tivesse sucesso, vocês não estavam assim tão preocupados. A partir do momento em que o programa foi anunciado, nós fomos invadidos com mensagens a parabenizar o programa, a aposta que fizemos. Aliás, temos recebido inclusivamente mensagens que vêm por esse país fora, para saber informações de onde ficar, como chegar, quanto custam os bilhetes, porque pensam que é pago e, portanto, tem sido um sucesso e este ano o sucesso, não tenho dúvidas, vai ser ainda maior. -----

O ex-vereador Dr. Agostinho Gaspar – fomos colegas de executivo –, referiu aqui que nunca foi contra e, é verdade. Aliás, lembro-me de algumas discussões que tivemos, ainda eu era vereador, na altura, sobre o futuro do Vila, porque o Vila teve altos e baixos, teve anos muito críticos. Foi quando

a Câmara começou a agarrar o projeto, porque achávamos que efetivamente um concelho como o nosso, que se distingue também, e muito, pela juventude, tinha de ter um festival deste tipo e a Vereação da oposição concordava, na altura creio que era o Dr. Leonel e o Dr. Agostinho Gaspar. E, na altura, inclusivamente, o Dr. Agostinho Gaspar concordava na mudança de paradigma, de ser a Câmara a assumir o festival. Agora custa muito? Sim, custa, mas querem ópera ao preço do cantar ao desafio? Não é possível. Ou temos um festival de qualidade, ou temos uma coisinha qualquer, ou deixamos cair. E, eu acho que não devemos deixar cair, porque se dúvidas houver, basta esperar agora pelo início, e ver a alegria da população em geral, não só da Juventude. Vejo muitas pessoas da minha idade a dizer que vão jantar mais cedo, porque às 21h30 têm de estar no Parque Urbano. Acho que vai ser um sucesso, naturalmente que tudo que tem qualidade tem o seu preço, não é barato, mas estou de consciência tranquila, porque acho que é um evento que tem uma esmagadora aceitação por parte da população e, portanto, sei que atualmente vivemos tempos conturbados, muito suscetíveis de populismos e, sobretudo, quando se trata de despesa pública, mas isto não é despesa, isto é um investimento e, é uma marca cada vez mais forte de Lousada, de afirmação no contexto regional e nacional e creio com certeza absoluta que vocês concordam comigo. -----

Relativamente aos custos, mau estaria eu se a minha inteligência se resumisse a trazer para aqui os valores, porque a senhora deputada falou lá atrás que não sei quê... Se para si isso é sinal de inteligência, é pouco, é muito pouco exigente. -----

Mas olhe, por acaso não trouxe, mas trouxe aqui o Sr. Vereador e ele vai emprestar-me as notas do caderno dele, mas olhe que não errei. Na altura eu terei dito, por volta de 100 mil e quase que ia acertar ao cêntimo, porque a despesa é de 99.700 €. Houve dois procedimentos que depois vocês vão vê-los publicados na base.gov, um para artistas, comunicação, marketing e despesas associadas, no valor de 72.900€ e outro para equipamento e produção, no valor de 26.800€, o que dá um total de 99.700€. -----

E, depois, a senhora deputada falou na questão dos 42 fogos. Admito que o programa arrendamento acessível possa não ser uma varinha de condão para todas as situações e, seguramente não será. Se, porventura, nós concluirmos que ele está desajustado para aquilo que são as necessidades, temos depois de fazer força política para que ele seja alterado, porque estamos a falar de um programa a nível nacional, não é um programa municipal, ele tem aqui agora um cariz municipal, porque nós estamos a colaborar com o Estado na sua concretização e disponibilizamos os terrenos, como sabem. Mas depois quanto às regras de atribuição das habitações, elas vão ser transversais, vão ser nacionais e, portanto, se houver aqui algum desajuste, se porventura fizer sentido, como disse, de alargar o seu âmbito, temos depois de procurar junto do Governo e da Assembleia da República para que haja alterações nesse sentido, mas aqui o Sr. Vereador poderá ser mais explícito este propósito do que eu.» -----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 48 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, passou a palavra ao senhor Vereador NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista.

-----Intervenção do senhor Vereador da Câmara Municipal, NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista: -----

-----«Na habitação acessível existe uma fórmula de cálculo mediante um coeficiente do local onde as pessoas moram. Uma habitação a custos acessíveis em Lisboa não pode ter o mesmo preço em Lousada. Desde logo, há uma fórmula de cálculo que está publicada e para que todas as pessoas saibam mais ou menos quanto é que poderá ser o custo desse arrendamento a cada agregado familiar. Portanto, é uma questão que é fácil para qualquer um de nós poder vislumbrar isso e, assim sendo, eu acho sobretudo que o projeto Hans Isler para arrendamento acessível é um projeto pioneiro. É um projeto que efetivamente todos tiveram a oportunidade de o ver na apresentação. É um projeto bonito em que também a componente estética conta muito, porque já foi o tempo de todos nós, enquanto sociedade, acharmos que a habitação social e, faço um parêntese porque a habitação acessível não é a mesma coisa já que está um bocado mais vocacionada até para a classe média, mas, dizia eu, que na habitação social havia a crença de que qualquer coisa servia, não é? Aquilo que ali temos para habitação acessível no centro de Lousada, provavelmente, eu sei que às vezes os 3D também enganam, provavelmente pode ser um dos edifícios até mais bonitos em termos de habitação coletiva que nós vamos ter aqui e, também é isso que se pretende. Da mesma forma que foi esse o intuito do próprio concurso de conceção/construção, tal como nós agora lançamos, creio que na penúltima reunião de Câmara, salvo erro, para construirmos habitação acessível em várias freguesias de Lousada, tal como foi aprovado na Estratégia Local de Habitação. O primeiro concurso foi em Vilar do Torno e Alentém, certamente que as outras freguesias se seguirão num curto espaço de tempo. E, portanto, esta componente que acho que é interessante para todos e a seu tempo, quando o edifício estiver construído, quem tutela, que é o IHRU, irá estabelecer as regras, irá estabelecer o regulamento de atribuição e certamente elas ficarão coordenadas com a realidade de Lousada.» -----

-----CONTINUAÇÃO da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: -----

----- «Última questão, bolsas de estudo e com o atraso na sua entrega. O que lhe posso dizer é que lamento, porque, efetivamente, não é por dificuldades de tesouraria que não pagamos as bolsas no início do ano letivo. Temos vindo a fazer um esforço para darmos uma resposta mais célere, mas na prática são processos muito complexos e burocráticos. -----

----- Aliás, houve um tempo em que nós convidávamos a oposição para fazer parte do júri, mas entretanto surgiram dúvidas quanto à legalidade e

os membros do executivo deixaram de participar nos júris e agora são só técnicos e, portanto, as instruções são claras no sentido de serem processos céleres, mas a complexidade da análise e também o não querer falhar, porque não queremos fazer uma apreciação meramente formal e muitas das vezes temos que ir ao detalhe, muitas das vezes, inclusivamente, há reclamações quanto saem as listas provisórias em que os próprios interessados põem em causa algumas classificações e o júri tem de revisitar os processos, e até fazer visitas ao domicílio. Aliás, nós alteramos o regulamento, para que fique claro que é possível realizar essas visitas, porque não estava muito claro e podíamos ser questionados, porque é que as estávamos a fazer, porque queremos também ser justos para que efetivamente esses recursos cheguem àqueles que mais precisam. E, portanto, aquilo que eu lhe posso dizer, a este propósito, é que nunca desvalorizei o interesse e a necessidade de atribuir estas bolsas de estudo. Agora volto a dizer aquilo que eu sempre disse. Vieram aqui a propósito, e bem, da Jangada dizer que o financiamento de uma companhia de teatro, não deve ser só do Município, deve ser do Estado, com certeza, mas ao nível das bolsas de estudo, é muito mais do que isso, a responsabilidade pela ação social escolar no ensino superior não é dos Municípios. Quase todos os Municípios dão o seu contributo, como complemento, mas essa responsabilidade é do Estado, ponto final. Por isso é que eu digo que ninguém com a bolsa que a Câmara dá consegue aguentar as despesas do ensino superior, como é óbvio, porque são valores, temos noção disso, insignificantes para aquilo que é a despesa mensal que implica a frequência do ensino superior. E, portanto, este contributo é apenas um complemento, um ajuda. -----

Depois falou aqui em carros de luxo, nunca ninguém me ouviu dizer que Lousada era o Município que mais carros ou dos outros Municípios que mais carros de luxo tinha. Nunca ninguém me ouviu dizer isso e, portanto, não sei se a sua intenção foi que ficasse associado à minha pessoa, mas, se for o caso, nego categoricamente isso. E, depois, acho que lhe fica muito mal vir para aqui falar em cabazes por volta das autárquicas. Vocês podem correr, saltar, podem querer criticar-nos de tudo e mais alguma coisa, mas têm de ser sérios na vossa análise e, nós sempre fomos muito discretos na atribuição destes apoios, porque temos de preservar a dignidade da pessoa que é apoiada, muitos deles são os serviços sociais que exortam as pessoas a pedir ajuda, porque algumas delas têm vergonha e preferem passar mal do que pedir ajuda. -----

E, portanto, quando essas situações nos são sinalizadas, seja pelos senhores Presidentes de Junta, pelas IPS'S ou pela vizinhança, são os nossos serviços que vão tentar saber o que se passa e, convencer as pessoas de que não é vergonha precisar de ajuda, que pode acontecer, infelizmente, a qualquer pessoa. E, portanto, quem está nessa situação merece o apoio da comunidade enquanto coletivo e, portanto, se naquela altura são uns a precisar noutra altura poderão ser outros e, portanto, cabe-nos a nós garantir a dignidade dessas pessoas e ajudá-las para que elas saiam dessa situação difícil. -----

E, portanto, acho que lhe fica muito mal, e já lhe disse aqui em tempos que está a dar os primeiros passos, na altura, entenderam isto como uma crítica, mas agora é mesmo uma crítica. Agora é mesmo uma crítica, está a dar os primeiros passos e está a dar de uma forma muito tortuosa e com muito pouca humildade. A senhora veio aqui dizer que teve dificuldades para conseguir concluir os seus estudos, e eu acredito, mas pelo menos daqui deste lado, não há aqui ninguém que tenha nascido em berço de ouro. Todos nós tivemos as nossas dificuldades e mesmo agora também não somos ricos, somos remediados. E, na parte que me toca, seguramente que não teve mais dificuldades do que eu tive para conseguir aquilo que consegui. Eu fiquei órfão aos 11 anos de pai e a minha mãe era doméstica. E, portanto, se não fosse a ajuda que o Estado deu com bolsas mensais e com residência universitária, não conseguia tirar o curso e, portanto, não venha para aqui com lições sobre o que custa a vida, porque eu sei muito bem o que custa a vida. Melhor do que ninguém, eu sei as dificuldades que as pessoas sentem e confesso-lhe que me arrepia aquilo que está a acontecer atualmente com dezenas e dezenas dos nossos concidadãos que estão aflitos para fazer face às despesas com o crédito de habitação. Muitos deles já vieram falar comigo que não sabem como é que vai ser. E, portanto, quando nós vemos notícias, como ainda ontem da senhora Lagarde, ficamos irritados, porque quer conseguir resultados económicos à custa daqueles que mais precisam, que são os que mais sofrem com a inflação que se veem aflitos para pagar as suas despesas no supermercado e são esses que vão ter de pagar esta crise. Estes é que vão ter de apertar ainda mais o cinto para que efetivamente a procura diminua, para que a inflação desça. Isto é o capitalismo no seu pior. E eu fico por aqui. -----

Relativamente à intervenção do Dr. Pedro Amaral, relativamente à Jangada, pois, é de facto preocupante. O que lhe posso dizer a este propósito, é que tive oportunidade de falar com o senhor Ministro da Cultura, que ficou muito sensibilizado. Estive com ele em Baião, na Fundação Eça de Queiroz e tive oportunidade de o alertar para este problema. Já era conhecedor, porque lhe tinha feito chegar a mensagem devidamente fundamentada com os argumentos que a Jangada defende. E, o que ele me disse é que apanhou este processo já a meio, já implementado, não foi ele que esteve na génese deste processo. E, quando se apercebeu do que estava em causa, ainda remediou uma parte do problema e a única forma que ele teve para remediar uma parte do problema foi colocar mais dinheiro no programa. Mas o que ele me disse é que isso foi para efetivamente o problema não ser maior, para a distorção não ser maior, mas que não era solução para todos os problemas, que não tinha condições para colocar ainda mais recursos no programa. O que eu lhe disse é que não é normal deixar uma NUT 3 com 410 mil habitantes, sem uma única companhia de teatro residente financiada. E, ele concorda. E sugeri-lhe que da próxima entreguem esse assunto às Comissões de Coordenação e, seguramente a coisa vai correr bem. Ele ficou sensibilizado para isso. Disse que não via forma de resolver este problema e que estaria disponível para encontrar outras formas, para atenuar o problema com

outros financiamentos. Há programas de financiamento de 4 anos e outros programas de 2. A Jangada já poderá depois concorrer ao de 2, aliás já concorreu, mas este de 4 só o poderá fazer daqui a 3 anos. Espero que nessa altura estas verbas sejam distribuídas pelas Comissões de Coordenação e, depois a nível regional, será muito mais fácil, naturalmente que tem de haver critérios mínimos que garantam a qualidade dos projetos e das companhias, como é óbvio, não é só por ser uma NUT 3, uma região que não vai haver exigência, tem de ter qualidade e no caso nós temo-la. Este problema não é só da Jangada, como sabem, há muitas outras companhias, infelizmente, que também ficaram na mesma situação. No caso, a Jangada não se conformou e, inclusivamente, impugnou, portanto, está no tribunal o assunto. Entretanto, relativamente ao financiamento da Câmara Municipal, é muito semelhante aos anos anteriores, ou mesmo igual. A Jangada relativamente àquilo que recebe do Município é cerca de 10% das receitas da Jangada, porque ela tem também uma capacidade de gerar receitas próprias muito assinalável. O problema maior é que a jangada precisa de recursos para novas produções. As novas produções custam muito dinheiro e, portanto, essa é a principal limitação neste momento. Portanto, para manter o dia a dia, embora com dificuldades, está assegurado. O fator mais crítico é ter recursos financeiros para fazer novas produções, para depois não estar sempre a apresentar as mesmas peças, como é óbvio e, portanto, estamos também a colaborar com eles a ver se identificamos saídas, linhas de financiamento que possam resolver esse problema. -----

Depois, Dr. Leonel Vieira, falou na questão do PDM, não sei se foi por desconhecimento ou não, que fez a intervenção que fez, porque não tem a mínima correspondência com a realidade aquilo que referiu. Ou seja, não é pelo facto de nós no PDM termos espaços para equipamentos ou para corredores reservados para vias estruturantes que elas vão ser feitas ou que os terrenos vão ser adquiridos gratuitamente. Isso até pode ser pior. Porquê? Porque se nós classificarmos um determinado terreno como de equipamentos, vamos ter de o pagar como terreno urbano. Área de equipamento é terreno urbano. Aliás, se dúvidas houver, basta ver o que se passou com a expropriação do complexo desportivo, não é? Por isso é que fujo das expropriações como o diabo da cruz. Não é só por isso, porque acho que a expropriação também deve ser a última *ratio*, portanto, devemos procurar sempre a via consensual e só mesmo no limite é que devemos recorrer à expropriação e, mesmo nesse limite, temos de sopesar muito os encargos financeiros, porque pode ser desastroso. Ou seja, não é pelo facto de nós termos um terreno classificado como equipamento, seja para fins culturais, desportivos, o que for, que está garantido que vai ser construído um equipamento, porque o trabalho de negociação e de aquisição de terreno porventura ainda fica mais difícil, porque as pessoas ficam com a expectativa de serem compensadas pelo justo valor do terreno para aquele fim. -----

Na revisão de 2012 foi prevista inclusivamente a própria variante que você referiu, está aqui na Carta de Ordenamento, estou a vê-la à minha frente.

Portanto, está identificado no PDM a possibilidade de uma via estruturante que liga a zona industrial de Boim até Lodares, na zona da Capela de Santa Isabel, naquela rotunda. Até fica bem na planta e depois concretizá-la? E, os problemas que nós causamos depois à gestão urbanística, quando essa linha passa por zonas urbanas e as pessoas ficam impedidas de construir 50 m para cada lado? E, portanto, não é pelo facto de estar ali, que se um dia houver recursos para fazê-la a Câmara vai ter oportunidade de adquirir os terrenos a preços mais baratos. Não. Até, porque sendo investimentos de interesse público há uma ferramenta que nós temos sempre a possibilidade mediante deliberação aqui na Assembleia Municipal, considerar que há interesse público em determinada alteração e mesmo em reserva agrícola, nós conseguimos, enfim, construir, desde que seja algo que faça sentido e tenha manifesto interesse público. Portanto, não estou a desvalorizar e, acho que isso deve ser feito no PDM, obviamente, nós temos que ter as coisas devidamente planeadas e a áreas para aquilo que sabemos que vai ser uma certeza. Para o resto, é preciso ser muito cauteloso, mas, por exemplo, dou-lhe um exemplo que ficou previsto na última revisão em todos os cemitérios ou pelo menos em quase todos, porque isso foi visto caso a caso, com todos os Presidentes de Junta ficaram lá manchas para ampliação. Pronto, isso não resolve o problema da aquisição resolve um outro problema que se alguém quiser construir e, no caso dos cemitérios ou amplia ou tem de fazer um novo, é fundamental e por isso é que foi feito, não é. E, por isso é que foi feito, mas construir, por exemplo um equipamento cultural, se calhar, não tem que ser precisamente naquele local, pode ser 50 metros ou 100 metros mais ao lado, o que não quer dizer que se houver um interesse concreto e imediato que isso possa e até deva ser feito, sim, mas não é pelo facto de constar ou não constar que ficamos impedidos de concretizar, portanto, não tem qualquer problema. -----

Depois dizer que, relativamente aos espaços para as festas da Vila. Eu não sei se alguém lhe segredou alguma coisa, porque eu creio que na última Reunião de Câmara falei sobre isso. Já ando a tratar disso há muito tempo. Aliás, creio que está na ata, exatamente. Nós vamos ter oportunidade ainda hoje, mais a seguir num ponto, de aprovar, creio eu, a repartição de encargos da aquisição de um terreno por 550 mil euros, junto ao Santuário da Senhora de Aparecida, que é uma das principais romarias. Tenho esse problema identificado, por exemplo, o local dos divertimentos já mudou não sei quantas vezes e, é sempre em terrenos privados, tem de se pedir às pessoas, por enquanto é possível, porque não há construção, mas quando houver como é que vai ser? E, portanto, a Comissão de Festas veio falar comigo porque queria assinalar condignamente os 200 anos, tinham algumas ideias, falou-se na possibilidade de se fazer um monumento. E, eu confesso que o desmobilizei-os um pouco, porque o monumento para ter qualidade, lá está, custa muito dinheiro. E desafiei-os a pensar na aquisição de um terreno para resolver o problema. Palavra que eu disse, nunca mais me largaram. Felizmente tivemos sucesso nas negociações. E, portanto, vamos adquirir esse terreno e fazer lá depois uma intervenção que permita termos uma resposta para sempre no que respeita à organização da

Romaria, mas também depois um local aprazível para os outros 360 dias, para que efetivamente as pessoas possam beneficiar daquele espaço. O mesmo se passa relativamente a Nevogilde, o senhor Presidente e a Comissão de Festas tem essa grande preocupação. É exatamente o mesmo, os concertos são feitos em terrenos particulares, portanto, estamos sempre dependentes da boa vontade que tem existido e, que agradecemos naturalmente, mas há realizações que atingem determinado patamar que devemos acautelar o seu sucesso futuro para que não fiquemos dependentes de fatores externos e, portanto, essa resposta consegue-se através da aquisição da propriedade desses terrenos. E, portanto, neste caso, já temos uma deliberação de Câmara favorável e creio que vamos ter hoje também da Assembleia e, entretanto, também já temos o acordo dos proprietários de trás para juntarmos à área necessária para efetivamente termos essa resposta. -----

E, estamos também a analisar as diversas situações e já contactamos proprietários aqui no centro, porque porventura aqui ainda é onde se sente com mais acuidade esse problema, basta ver a questão dos divertimentos públicos, onde eles já estiveram ao longo dos anos, já passaram um pouco aqui pelas ruas todas. Para o ano temos uma dificuldade acrescida que é, o Mercadona, já estará aberto. Este ano ainda não, mas para o ano já estará aberto, as dificuldades são cada vez maiores, temos de ter de facto aqui uma solução. Estamos a trabalhar nisso e a curto prazo, espero poder ter boas notícias. -----

Depois, relativamente à intervenção do Dr. João Fonseca, falou nas obras das escolas, estou numa situação muito mais confortável agora que já consegui as reprogramações e o aumento das participações para as escolas. E, no próximo quadro comunitário já não vou ter a preocupação que a maioria dos meus colegas têm, que é saber como é que vai financiar estas EB 2,3, que foram transferidas pelo Estado. Não sei se tem ideia, mas no início deste quadro comunitário, nós tínhamos uma verba incipiente que daria para fazer uma intervenção minimalista numa das escolas. Na altura, não havia dúvidas quanto à escola a eleger, aliás ela fazia parte do mapeamento, era a única que constava de um mapeamento do Ministério da Educação, que era EB 2/3 de Lousada Centro. Lançamos uma empreitada subfinanciada, portanto, assumimos que tínhamos que fazer uma obra cuja participação do Município teria que ser superior aos 15%, se não, não se conseguiria coisa nenhuma e, por outro lado, ainda conseguimos aditar as outras 3 para sinalizar também a necessidade de fazer intervenções em Caíde, Lustosa e Nevogilde. Num primeiro momento, abrimos um concurso público na ordem dos 100 mil euros, portanto, com 75 mil euros de FEDER e o remanescente de participação nacional e aquilo não dava para coisa nenhuma. Em Nevogilde foi ligeiramente acima, porque o problema maior era a cobertura, foi o que fizemos, em Lustosa também se fez uma pequena intervenção e em Caíde íamos fazer, mas houve um processo judicial e anos de atraso e depois essa empreitada já não foi implementada, porque aproveitamos para fazer uma outra empreitada, na qual fizemos a obra que estava prevista na primeira e muito

mais, porque entretanto conseguimos nas reprogramações deste quadro comunitário, alocar mais recursos e arriscando, porque também a experiência dizia-me que em todos os quadros comunitários há sempre sobras, há reprogramações e overbookings e foi exatamente o que aconteceu. Nós arriscamos bastante, se não conseguisse a reprogramação, provavelmente ia ter de recorrer à banca, fazer um empréstimo, mas não foi preciso porque, entretanto, o panorama melhorou substancialmente e ainda contei também com a colaboração do meu colega de Castelo de Paiva, porque tinha uma obra referenciada e um concurso que ficou deserto e não ia ter tempo de executar nem a verba chegava para o nível de intervenção que precisa para não se perder esses recursos, houve um consenso, também, no âmbito da CIM, ele transferir esse valor para Lousada. E, agora, neste quadro comunitário, se a obra dele for financiada como creio que vai ser, o problema fica resolvido, se não tinha o dever também de na divisão que vamos fazer internamente entre os onze de o compensar por isso, foi um acordo que assumi. E, portanto, estou muito mais descansado a este nível, porque as obras estão a ficar prontas. Ainda, agora, numa reta final fizemos mais um concurso público para finalizar tudo o que gostávamos de fazer nessas escolas. E, no próximo quadro comunitário como a escola Lousada centro, continua referenciada, vamos ver se conseguimos mais um investimento, porque ao nível dos pavilhões das salas de aula ficou impecável, mas ao nível do polivalente, a intervenção foi mais minimalista, foi mais ao nível das fachadas e, da cobertura e, não tivemos recursos para substituir integralmente como é desejável, o equipamento da cozinha. São investimentos muito avultados, vamos ver se conseguimos fazer isso agora no próximo quadro comunitário. E, desejava eu também ter uma solução diferente no pavilhão. Aquele pavilhão tem problemas de nascença, porque foi projetado e construído sobretudo para o desporto escolar. Não tem dimensões para algumas modalidades desportivas, não tem espaço para 2 ou 3 degraus de bancada e, portanto, tem muitas limitações. E, portanto, o que nós vamos defender é que face a essas características que o limitam, o que faz mais sentido é construir ao lado um pavilhão novo que dê essa resposta à escola e que fique disponível também para a comunidade, porque nós temos um excelente rácio de oferta de pavilhões por habitante, mas aqui no centro urbano da Vila, é onde nós sentimos com mais acuidade essa necessidade, sobretudo para dar resposta aos clubes. E, portanto, se nós tivermos aqui essa resposta, podemos depois aproveitar o outro para outras modalidades que também estão sinalizadas e que carecem de resposta e, portanto, é isso que estamos a pensar e que já sinalizamos inclusivamente junto da Comunidade Intermunicipal e do Ministério da Educação, e creio que terei respondido a tudo.»-----

----- **Intervenção da senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro:** -----

----- «Obrigado senhor Presidente. Antes, de dar por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia, quero fazer uma comunicação que por lapso não

mentonei no início da sessão. Foi comunicado à Mesa da Assembleia Municipal de Lousada que, a partir da presente data o líder da Bancada da Coligação Acreditar Lousada, passa a ser: **Dr. Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro**. Peço desculpa, no início da sessão não mencionei este pormenor. -----

12

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar: -----

1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

-----Intervenção do Membro Municipal RUTE CUNHA, da Coligação Acreditar Lousada: -----

----- «Boa noite a todos e a todas. Boa noite ao público e a todos aqueles que nos estão a ouvir e a ver. É a primeira vez, que estou aqui, em representação do Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira de Alvarenga. E, gostaria de manifestar, primeiramente o meu descontentamento pela forma como verifico que nos comportamos nesta que é a casa da democracia, mas não a casa onde podemos dizer tudo aquilo que nos apetece, da forma como nos apetece dizer, principalmente, porque nós estamos aqui, presentes, mas estamos a falar para todos os lousadenses, somos nós que os representamos e, acho que seria de bom senso, sermos um bocadinho mais corretos na forma como nos dirigimos uns aos outros e apresentamos as nossas propostas ou contra-argumentamos.-- Dizer, também e, em resposta ao Dr. João Carlos, estou aqui a representar o Presidente da União de Freguesias e, se o represento será certamente, porque tenho conhecimento do que se passa na minha União de Freguesias ou se não estaria aqui. Não lhe vou responder à pergunta, não porque desconheça a resposta, porque eu conheço e conheço muito bem, mas, porque como disse e muito bem, as pessoas não estão, parece mal falar de quem não está, isto é um bocadinho como a quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha, porque não sejamos hipócritas aqui toda a gente atira para todo lado, não é. E, portanto, não há aqui, quem começou primeiro, quem é que foi a seguir. Em relação à questão em particular, responder-lhe com palavras que dizem muito daquilo que é o serviço, ou melhor, que é o projeto e o executivo que eu estou aqui a representar, serviço público, interesse público, sentido de missão, integridade e, sobretudo, o bem

comum. Estas palavras que eu acabei de proferir são resposta para muitas das questões que o Dr., ou qualquer um dos outros elementos possa ter e possa querer colocar. Obrigada.» -----

-----**Intervenção da Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:**

-----«Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à minha primeira intervenção, a propósito do Plano Diretor Municipal de Lousada, registo com satisfação que o senhor Presidente, no essencial, concorda com as minhas preocupações e, também concorda no essencial com as minhas propostas, por isso fico, obviamente, à espera que depois na prática as concretize, agora, em fase de Revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada. -----

-----Senhor Presidente da Câmara, mas vamos a outro assunto, também ele importante para a população de Lousada, a saúde. No início deste ano, apresentei aqui várias preocupações na área da saúde, resultado de reuniões de trabalho que tivemos com os principais decisores de Lousada no setor da saúde e também do contato com os utentes de Lousada. Então, como se bem se recordam, a principal preocupação era a falta de médicos de família. Após aquela minha intervenção, efetivamente como estava então previsto chegaram novos médicos para o Centro de Saúde de Lousada, mesmo assim, há muitos utentes sem médico de família. ----- Senhor Presidente da Câmara, o município de Lousada assumiu recentemente responsabilidades na área da saúde, nomeadamente no quadro de pessoal e nos equipamentos. No quadro de pessoal não estão obviamente, incluídos os técnicos de saúde, médicos, enfermeiros e outros. Mas, senhor Presidente de Câmara, a partir do momento que o município de Lousada aceitou receber competências neste setor da saúde, assumiu, seguramente obrigações políticas no funcionamento de todo o sistema de saúde em Lousada. Hoje, a Câmara Municipal de Lousada, é corresponsável em tudo o que se passa no setor da saúde em Lousada para o bem e para o mal. Até, porque é o poder político mais próximo das populações, mas também dos responsáveis locais da área de saúde. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, como aqui referi o número de utentes sem médico de família diminuiu nos últimos meses, mas relembro que muitos utentes ainda não têm mesmo médico de família. E, enquanto houver o lousadense sem médico de família, não nos cansaremos de exigir. Outra má notícia é que alguns destes novos médicos estão de passagem, criando instabilidade clínica no sistema deixando ao abandono os utentes. Alguns dos novos médicos estiveram aqui poucos meses. Mais grave, os utentes, mesmo aqueles que têm médico de família, têm de que esperar 2 e 3 meses e, por vezes, mais por uma consulta, pelo agendamento de uma consulta até... Muitas vezes, depois da consulta, vão fazer exames e só de 2 ou 3 meses depois, mais tarde, conseguem apresentar os exames ao seu médico de família. Pior, ainda, em muitos casos quando depois de esperarem 2 ou 3 meses, deslocam-se ao Centro de Saúde para apresentar os exames ao seu médico de família e, este já lá não está, foi-se embora e não há quem

lhe possa ver e analisar os exames. Algumas vezes, o utente é convidado a deixar os exames no Centro de Saúde para outro médico quando tiver disponibilidade os poder analisar com a promessa de que depois alguém o contactará, contato que muitas vezes não acontece. Isto, é brincar com a saúde das pessoas. Estes problemas são transversais a todos os Centros de Saúde de Lousada, mas é em Caíde de Rei e em Meinedo, que a situação é mais crítica. Estou certo de que o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador da Saúde, Nelson Oliveira, sabem que o que aqui acabei de afirmar corresponde à realidade, até porque alguns destes casos foram tornados públicos pelos próprios utentes e, também sei que outros utentes tenha denunciado estes factos junto da Câmara Municipal de Lousada. Senhor Presidente da Câmara, esperamos que assuma as suas responsabilidades políticas e resolva estes e outros problemas no setor da saúde, em Lousada. A saúde dos lousadense tem de ser a primeira preocupação do Presidente da Câmara Municipal de Lousada, disse.» ----

----- **Intervenção de AGOSTINHO GASPAR, Coligação, Acreditar Lousada:**

-----«Muito rapidamente, gostava de dar nota de algumas coisas que foram aqui referidas sobre alguns temas que me parecem importantes, não vou falar outra vez nos transportes, isto está resolvido daqui a 5 anos, vamos ter um parecer e, depois decidimos o que fazer. Relativamente, às escolas quero felicitar a Câmara Municipal, por ter conseguido, primeiro por ter arriscado, acho que é importante dizer isto, arriscou. Segundo, acho que, também arriscou porque que tinha disponibilidade financeira de retaguarda, porque tinha capacidade de endividamento. Terceiro, teve aquela visão que nós costumamos ter, que é, pensamos à frente, não é. Depois ao João Correia, conto-lhe uma história, mas é lá fora sobre a visão futurista. E, queria também aqui deixar uma nota, qualquer dia, um dia destes devemos propor aqui uma Moção de agradecimento ao senhor Presidente da Câmara de Castelo de Paiva, porque foi importante neste processo. Relativamente, à questão do VILA, queria, obviamente, agradecer ao senhor Presidente da Câmara por ter reposto a verdade, porque eu fui das pessoas que desde o início, desde o início, me debati para que fosse um evento público, pela dimensão de juventude que tinha o concelho, eramos na altura o concelho mais jovem da europa. E, achava, não era o dinheiro que estava em causa, achava que este evento devia ter capacidade, devia ter a qualidade que tem de ter e, portanto, como o senhor deputado viu, o próprio senhor Presidente reconheceu que era esta a minha postura, porque foi sempre esta, a minha e do partido, porque eu era Presidente do Partido, não sei se sabe disso. Agora, só há aqui uma questão que gostava de corrigir. É que o senhor Presidente começou a intervenção por dizer, esta é uma pedra que têm no sapato, porque queriam corresse mal, não é verdade senhor Presidente, o senhor disse duas coisas na mesma altura, portanto, sabe perfeitamente que não quero que corra mal. E, portanto, dizer isso politicamente eu entendo, mas sabe perfeitamente que não é isso que nós que nós pensamos. Não dava jeito

nenhum, porque é que dava jeito? Não, a gente se quiser fazer campanha, está ali, um grande aglomerado de jovens para poder fazer campanha, não precisamos de andar nas freguesias. Vocês sobem aos palcos, nós andamos junto deles e, pronto é melhor. Só para terminar, reiterar uma questão que eu acho que é importante. Acho que o senhor Dr. João Correia deve ir à Assembleia de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira, Alvarenga e, deve ser esclarecido, relativamente às insinuações que aqui fez, porque o senhor não esclareceu nada. O senhor disse, deve dizer o que é, deve saber o que é, nós ficamos todos sem saber o que é. Ficámos todos sem saber o que é, desculpe, não, não o senhor é que levantou a questão. Portanto, mas eu também não vou pedir para saber o que é, acho que este não é o local próprio para... não, não sei, não sei, nem tenho de saber, nem tenho de saber, nem tenho de saber. Agora, acho que deve ir à Assembleia de Freguesia e deve lá ir levantar esta questão. Aliás, foi o que aconselhou em outras alturas sobre outros temas, sobre outras Juntas, nomeadamente sobre Meinedo, lembra-se aqui nesta Assembleia. Pronto, disse, obrigado.»

-----**Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:**

----- «Aproveitando agora as palavras do novo líder da Bancada, relativamente à questão das escolas, de facto não podia deixar de dizer que esta forma visionária como o município conseguiu prever esta situação da transferência de competências na educação e utilizou ainda fundos deste quadro comunitário para afetar à renovação das escolas, para mim, realmente, foi um ponto excecional e, foi realmente uma solução visionária e ainda bem que foi, porque agora vemos outros Municípios a braços com esta transferência, com as escolas para renovar e sem fundos para o fazer. Relativamente à saúde, de facto, é uma questão que também nos preocupa, obviamente, é uma situação que nos preocupa a todos. No entanto, relativamente a Caíde, nós já aqui dissemos da outra vez, creio com a questão da criação da USF, à partida, as coisas ficarão estabilizadas, porque, obviamente que não temos forma de prender os médicos a um Centro de Saúde e nós sabemos que os médicos podem sair, têm essa liberdade e acontece, por vezes, essa saída, com prejuízo obviamente para a população. Depois em relação àquela situação de deixar os exames para verificação. Eu sei que isso acontece efetivamente, nomeadamente em Lustosa, porque também já me aconteceu o mesmo, mas a informação que é prestada é que é uma solução provisória, ou seja, aquilo que acontece é que a população tem essa indicação de deixar os exames e que depois são contactados no sentido de fazer marcação de consulta, se houver realmente alguma coisa de relevo, ou seja, se tiver tudo bem com o paciente, não haverá essa necessidade e, portanto, até me parece que é uma forma positiva de a montante fazer esse filtro. Ou seja, como nós vemos também situações, nós temos um problema grave no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente na questão das urgências, que é muitas das vezes aquela, enfim, forma massiva de nos apresentarmos nas

urgências para todas as questões. E há aqui que fazer um filtro de alguma forma para conseguirmos, enfim, funcionar melhor, ser mais eficazes e se calhar até é uma forma de fazermos o mesmo localmente, que é, se houver essa necessidade, faz-se a chamada, sem prejuízo do utente, obviamente, marcar consulta por outro motivo. Mas sendo analisadas as análises e, passo a redundância, exames por um médico e vendo que realmente não há nada de relevo e de imediato e urgente, se calhar, dá prioridade a quem tenha efetivamente essa urgência. É uma forma de aligeirarmos se calhar esta necessidade.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal JOÃO CORREIA, Partido**

Socialista: «aquilo que disse o Dr. Leonel, acho que é fundamental, mas não é só em Lousada, isto é transversal, não é só Lousada. Hoje posso dizer, que à hora de almoço, estava a falar com o senhor que é Vila Nova de Famalicão, que me disse, que ia falsificar entre aspas, a morada dele para poder ir ao Centro de Saúde da Trofa, portanto, em Famalicão também deve andar muito mal. Eu, sinceramente, na questão da saúde, pensei que isso ia ser trazido aqui hoje, preocupa-me muito mais que há 2, 3 dias, 80 enfermeiros do Hospital Padre Américo tenham apresentado escusa de responsabilidade. Isso preocupa muito, porque sei que os Centros de Saúde são a primeira linha, mas a linha de urgência e se a linha acontecer alguma coisa de grave, está naquele hospital a maioria das valências para tratamento graves está naquele hospital e, portanto, acho que alguma coisa que acho que nós hoje podíamos concordar ou sair daqui é nisso.

-----Depois, dizer uma coisa, eu nunca disse que a tua posição tinha sido essa relativamente ao Vila, eu disse é que aqui foi muito falado e existem essas atas e se aqui estiveres daqui a 2 meses ou 3 meses, farei o favor de te as ler. É que o PSD, teve posições contrárias à realização do Vila, teve e, houve muita gente aqui a dizer que ia correr mal, houve, já passaram muitos anos, já passaram muitos anos, se calhar era o *Sound Wight*, pode ter sido o *Sound Wight*, mas eu vou confirmar, também é assim se não foi, também venho aqui e retrato, não tenho problema nenhum em retratar-me. -----

Aliás, e por falar em retratamento, conheço a Rute há muitos anos e não tenho pejo nenhum em dizer-lhe isto: Aqui, é a casa da democracia e a democracia comporta luta política. A luta política é feita com palavras e um bocadinho de oratória, digamos, assim... Portanto, também acho que isso faz parte do jogo democrático, aliás, foi dito aqui em Assembleias anteriores, que essa luta democrática era aqui feita quando houve discursos mais inflamados e vão existindo de parte a parte. Eu não sabia que estavas mandatada para falar sobre isso, mas já que os líderes do Partido Social Democrata, não sabem o que é que se passa na Junta de Freguesia, relativamente, eu disse aqui, é relativamente a uma questão de um pagamento de 15 mil euros, que teve de ser feito e que não devia ser feito. Se quiseres vir aqui esclarecer isso e já que trouxeste esse assunto, eu até acho que nem é o ponto, mas já que trouxeste esse assunto e se quiseres esclarecer toda a gente, incluindo... Peço desculpa, eu trouxe no período antes da ordem do dia, não sei se isto consta da informação escrita por

acaso, tem ideia que não. Mas haverá muitas possibilidades, haverá muitas possibilidades da Rute está mandatada para o efeito pelo Fausto de vir aqui e explicar aos senhores deputados, explicar ao público que está aqui, que certamente está muito interessado, à própria comunicação social, que acho que ainda nem sequer falou sobre isto, às pessoas que estão em casa, explicar aqui como é que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Nogueira, Pias e Silveiras e, peço desculpa por dizer assim, mas eu sou de Alvarenga e privilegio Alvarenga e, portanto, eu faço pela ordem alfabética, porque é que esses 15 mil euros não foram ou não serviram para investir na Junta de Freguesia ou nos bens da freguesia. E, com isto não estou a pôr em causa a idoneidade, a integridade do serviço público, Rute, eu não faço isso com nenhum autarca, a não ser que, efetivamente, esteja demonstrado e esteja posto em causa, mas com nenhum autarca eu ponho isso em causa, porque eu sei aquilo que tu e que todos nós como autarcas damos, eu sei o esforço que é feito. -----

-----Eu não estou a pôr isso em causa, eu só quero é que as pessoas saibam, que há 15 mil euros que não vão ser investidos na sua Junta de Freguesia, que podiam servir para apoiar os estudantes com bolsas de estudo, que podiam servir para melhorar vias de acesso, podiam servir para uma série de coisas e sabes porquê? Vem aqui dizer, porque acho que ficou toda a gente curiosa, incluindo as pessoas do PSD que não sabem o que é que se passa dentro de sua casa. Isso é agrave. A Assembleia por algum motivo, eu peço imensa desculpa e vou terminar. Eu, vou concluir, eu peço imensa desculpa, os senhores Presidentes de Freguesia têm legalmente assento nesta Assembleia por algum motivo. Portanto, eu posso ir à Assembleia de Freguesia e posso ir às Assembleias de Freguesia todas. A questão, não está aí, os senhores, Presidentes de Junta estão aqui e vocês sabem qual é o motivo por que estão aqui. E, vem aqui intervir e vem aqui falar como vieram na última Assembleia, nas últimas todas dos seus problemas perante nós, deputados municipais, expor os seus problemas, pedirem dinheiro. Pedirem dinheiro para quem não esteve aqui, na última Assembleia, vieram aqui dizer que havia diferenças entre o dinheiro que era dado às Juntas de Freguesia que são de uma cor e às Juntas de Freguesia que são de outra, vem aqui sempre propor dinheiro. Pronto, agora ninguém diz nada, é incrível. E, portanto, aquilo que aqui é feito é também essa sindicância. E, portanto, se nós podemos ver isso, podemos verificar isso e, se a Rute sabe o que é que efetivamente aconteceu, venha dizer a toda a gente que tem interesse nisto, porque eu tenho interesse e, gostava que o que o Dr. Fausto me explicasse. Se está mandada para efeito, faça o favor de vir aqui dizer.» -----

-----Saíram definitivamente da sala, pelas 22 horas e 01 minuto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

- -- Diogo Agostinho C. Aires, Presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Coligação Acreditar Lousada e; -----
- -- João Fernando Pinto Magalhães, Presidente da União de Freguesias de

Figueira e Covas, Coligação Acreditar Lousada. -----

----- **Intervenção da Membro Municipal AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:**

----- «Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas, -----

----- É assim, ó senhor Deputado, eu sinto na obrigação de vir cá, sabe porquê? Porque esta artimanha, artimanha, não estou aqui, não pus orelhas em ninguém, artimanha. Esta artimanha de vir aqui tentar fazer luta política de uma Junta de Freguesia, numa Assembleia Municipal ... -----

Deixe-me, terminar, por favor, porque são é desagradável. Embora, eu goste que me interrompa. Eu, sei que está atento à minha intervenção, que gosta do que eu vou dizer, mas tem de ter um bocadinho de paciência. Vamos lá ver... -----

Vir aqui, mandar uns "sound bites", que foi expressão sua, sobre uma União de Freguesias, inclusivamente dizer e desafiar, se os senhores Presidentes de Junta, sabem porque é que estão aqui. Eles estão aqui, sabe porquê? Foram eleitos. É só por isso. E, porque tem representação nesta Assembleia Municipal para reclamar o desenvolvimento do concelho em harmonia. E, porque tem legitimidade cada um deles de defender e propor os seus projetos que se comprometeram com a sua população. É só por isso estão aqui. E, se sentirem que é importante intervir sobre estas matérias, têm de intervir, aliás, tem o dever de o fazer. -----

E, o que foi dito, aqui, na última Assembleia, foi entre outras coisas, mas as mais principais foi que, eu vim aqui falar nisso, porque foi a primeira vez que eu ouvi na vida, foi, o senhor Presidente de Câmara dizer, que os Presidentes de Junta da Coligação Acreditar Lousada eram beneficiados e o Dr. Leonel Vieira dizer que são os do Partido Socialista beneficiados", mais ou menos isto. E, eu disse, eu não quero acreditar no que estou a ouvir, porque pela primeira vez... -----

Ouça, senhor deputado, eu sei que está com muita ansiedade ouvir o que estou a dizer, mas tem de ouvir até ao fim, se não percebe nada, não é!? E, depois vem aqui e na réplica, não é dizer asneiras, mas diz coisas que não devia, porque não ouve com atenção, porque está ansioso, está ansioso. Eu perguntei à senhora secretária da Junta, pelos vistos, veja bem, veja bem a sua sorte, a Assembleia de Freguesia é em Alvarenga, dia 4 de Julho, próxima terça-feira. Eu perguntei, portanto, o senhor está perfeitamente à vontade para ir a Alvarenga, não é, questionar o Presidente de Junta, fazer essas perguntas todas e depois se achar que o interesse público dessas freguesias, em particular de Alvarenga, que o senhor disse, aqui, que o que lhe interessa é Alvarenga, Silvaes, Pias Nogueira, não lhe interessa para nada. Foi o que o senhor disse aqui. Basicamente foi, se puxar a fita atrás. Basicamente foi. Não, o senhor é que se virou para a imprensa e disse, vai lá perguntar à senhora, o que era os 15 mil euros. Foi o senhor que pediu à imprensa para perguntar, não fui eu. -----

----- Portanto, repare o senhor tem sorte, porque é em Alvarenga, não tem

de ir a uma freguesia que não gosta, está a ver, tem sorte, é na sua freguesia, vai a Alvarenga, dia 4, eu não sei qual é a hora, mas normalmente é às 21:00, digo eu, normalmente é... Chega lá e faz este tipo de intervenções e o senhor Presidente de Junta explica, se tiver de explicar, expõe. E, depois, se o senhor achar que as questões, não foi convincente ou que existe alguma ilegalidade como aqui quis passar a ideia, o senhor age em conformidade. Agora vir a uma Assembleia Municipal, com toda a sinceridade, vir a uma Assembleia Municipal e, vir aqui acusar um Presidente de Junta. Olhe, eu devo dizer, eu não faria isso a um do Partido Socialista sequer, porque acho que isso é incorreto, não fazia, não fazia, pode ter certeza que não fazia. Olhe, já tive muitos motivos para o fazer e ainda tenho. Se o senhor me perguntar que cada vez que venho para uma Assembleia Municipal, trago algumas na manga? Trago. Só que não tem sido necessário, percebe e, acho que não se deve usar. E, o que o senhor está a fazer é injusto, disse.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal JOÃO CORREIA, Partido Socialista:**

----- «Como é óbvio, o senhor deputado não vai deturpar as minhas palavras, pelo facto de há muitos anos usar a palavra desde que houve a unificação das freguesias, continuar a defender que Alvarenga devia ser freguesia sozinha e, dizer o nome erradamente em todas as Assembleias de forma propositada, não significa que gosto menos das outras freguesias. -- Ó senhor deputado, mas deixe-me, dizer-lhe, mais, o senhor deputado está aqui a falar de uma Junta de Freguesia, sabe o que é que diz a lei quanto à realização destas Assembleias de Freguesia? ----- Mas, eu não sou obrigado. Eu gosto naturalmente. Eu sou cosmopolita por natureza, senhor deputado, não se preocupe, eu conheço e gosto de muitas terras e muitos sítios deste país e de países que não são Portugal, não se preocupe, senhor deputado com isso com os meus gostos, não se preocupe com isso... -----

O senhor acabou de dizer aqui, que a Assembleia de Freguesia é em julho, quando nos termos da lei devia ser em junho. Isso não o preocupa. Mas deixe-me dizer-lhe mais, era o que mais faltava e, agora vou lhe dizer, era o que mais faltava, primeiro lugar, eu ter de ir à Assembleia de Freguesia e, vou lhe explicar porquê? Porque graças a Deus, o Partido Socialista tem lá representantes eleitos, que farão o seu trabalho, ponto final; segundo, esta Assembleia Municipal e volto-lhe a dizer, o senhor deputado veio aqui deturpar as minhas palavras, gosta de deturpar as palavras e sabe muito bem fazê-lo, admito, e todos nós o admitimos, a questão é diferente. E, eu vou-lhe explicar como é obvio os senhores presidentes estão aqui porque foram eleitos. Eu sei que foram eleitos, eu sei que foram eleitos. E, eu sei que foram eleitos e que aqui estão por mérito próprio, obviamente. Agora, aquilo que acontece é que nós não podemos achar que os senhores Presidentes vêm aqui e vem reclamar investimentos, nas suas freguesias, vêm aqui e vem muitas vezes prestar contas do trabalho que fazem e, que não podem aqui por membros da Assembleia Municipal serem sindicados ou questionados, era o que mais faltava que só na Assembleia de Freguesia,

é que os senhores Presidentes de Freguesia pudessem ser sindicados. Esta é uma Assembleia Municipal, os senhores Presidentes têm aqui assento por mérito próprio, vem aqui falar, intervir muitas vezes sobre os mais variados temas que são de interesse do Município. A situação de uma Junta de Freguesia e, volto a dizê-lo, os senhores não querem vir aqui dizê-lo, a situação de uma Junta de Freguesia, está nervoso, é difícil, não eu já percebi, para si é motivo de nervosismo, ter me dito que não sabia o que se passava. Eu sei que é, eu sei que é, eu sei que é, até porque enfim... nem vale a pena falar sobre isso politicamente.-----

----- Mas a questão aqui é, e estamos todos de acordo que não é importante o facto de uma Junta de Freguesia ter perdido 15 mil euros por um erro, se não é importante para o concelho? Não é motivo para ser debatido aqui, segundo o senhor deputado e, provavelmente o Grupo Parlamentar que representa. Senhor deputado, então não venha aqui defender a casa alheia e deixe a senhora Rute vir aqui, se está mandatada para o efeito, vir aqui dizê-lo. A única coisa que eu disse aqui e volto a reiterá-lo, senhor deputado, volto a reiterá-lo e, lamento que isto lhe causa incómodo, porque eu sei que isto causa urticária, causa... Eu sei que causa, porque o Dr. Fausto, na última Assembleia, volto a recordar toda a gente, na última Assembleia, o Dr. Fausto, veio aqui enquanto arauto e paladino, o rei disto tudo, o rei, o senhor da ética, senhor deputado não se ria. ----- Aquilo que eu disse, o senhor Presidente de Câmara validou na última intervenção que teve na Assembleia, relativamente ao Dr. Fausto, o senhor deputado deve lembrar-se certamente se for politicamente correto, disse. Portanto, era o que mais faltava, o senhor, eu nem vou falar disso, porque as pessoas têm memória curta e tem memória de peixe. O senhor está-se a fazer de ingénuo, de ingénuo e, os romanos tinham um termo para isso que eu não vou dizê-lo aqui. Está-se a fazer de ingénuo, está-se a fazer de ingénuo, o senhor está-se a fazer de ingénuo. -----

Doutora Rute quer que lhe fale do processo judicial e do acordo. É isso que quer? Desculpe lá, então venha aqui dizer, venha aqui dizer.» -----

-----**Saiu definitivamente da sala, pelas 23 hora e 05 minuto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

•--- **José Oliveira Nunes**, Presidente da União das Freguesias de Nespereira e Casais. -----

-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:**

«Antes de mais, creio que foi no início da Assembleia que a senhora deputada Ana Cristina Moreira disse que havia pessoas aqui da bancada que vinham dizer aquilo que lhe mandavam. Eu não sei como é que funciona do vosso lado. Agora aquilo que eu vos posso dizer é que eu nunca mandei ninguém dizer o que quer que seja. Nós fazemos preparações da Assembleia, mas aqui o João é um "Enfant terrible" aqui

da bancada que não participa em muitas das nossas preparações, por acaso na última até participou, creio eu, mas nada disto que aqui foi dito foi preparado. Estou surpreendido com aquilo que ele está aqui a dizer e, portanto, não vou fazer qualquer juízo de valor, mas que fique claro de que não houve aqui nenhuma estratégia para esse efeito, portanto, não vou fazer qualquer comentário. -----

-----Relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira, sobre a questão da saúde, naturalmente que nós devemos estar sempre atentos e preocupados. Agora não me parece que seja pelo facto de termos assumido responsabilidades ao nível da gestão do pessoal auxiliar e ao nível dos equipamentos que sejamos mais corresponsáveis, não somos corresponsáveis nessa parte, no resto somos partes interessadas, a principal parte interessada porque defendemos os interesses dos nossos concidadãos e sendo a saúde um pilar fundamental na vida das pessoas, naturalmente que, independentemente de termos assumido ou não essas essas competências, tínhamos o dever de lutar para que tenhamos cada vez uma saúde melhor do nosso concelho. -----

Efetivamente, nós tivemos um período em que havia a listas a descoberto, não tínhamos médicos de família, neste momento, em termos de rácio, nós não temos esse problema, o que não quer dizer que depois, na prática, as pessoas estejam devidamente servidas, que é uma coisa diferente e basta haver uma baixa médica, uma licença, uma saída como aqui foi dito pela Eduarda, nós não podemos amarrar ninguém aos seus locais de trabalho. Há, enfim, mobilidade permanente, sobretudo quando se está no início da carreira, isso não é um problema de Lousada, é um problema geral. E, portanto, o que nós temos de fazer para combater essas dificuldades, é tornar os sistemas mais resilientes, e isso passa naturalmente, por termos estruturas mais capacitadas e por isso é que nós defendemos as USF, porque efetivamente, há uma corresponsabilização maior, uma gestão mais partilhada. E, portanto, as substituições nesses casos são muito mais facilitadas, não são isentas também de problemas, mas torna a gestão menos complexa. E, portanto, nós estamos sempre atentos quando nos reportam esse tipo de problemas, tentamos exercer, enfim, a nossa ação na medida do possível para corrigir. Lembro-me que ainda há pouco tempo diligenciamos no sentido de apressar uma colocação de uma médica que tinha manifestado interesse de vir para cá, para Caíde, uma Lousadense que veio em que conseguimos desbloquear em pouco tempo. -----
E, portanto, é isso que devemos fazer de uma forma direta ou indireta, quando sabemos que existe um problema, apesar de não ser competência direta nossa, tentar perceber quais são as soluções e lutar para que elas sejam implementadas o mais cedo possível. Não sei se o senhor Vereador quer acrescentar alguma coisa?» -----

-----**Nos termos do n.º 3 do artigo 48 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, passou a palavra ao senhor Vereador NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista.**-----

-----Intervenção do senhor Vereador da Câmara Municipal, NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista: -----

-----«Boa noite. Relativamente à corresponsabilidade, obviamente, e é bom de ver que o Município tem responsabilidade, sim, na gestão dos assistentes operacionais, do edificado, desde março. Obviamente, que nós temos feito o nosso trabalho, ainda hoje estive no Centro de Saúde de Lousada Centro e na USF de Santiago, em Lustosa, só não houve tempo, para irmos a Caíde e a Meinedo. Mas não é a primeira vez que lá vou, nem será certamente a última. E, nesse sentido, também convém realçar que, e vou por pegar nas palavras do Dr. Leonel Vieira, que um utente não ter tido uma resposta do médico, que ficou lá o recado, que a culpa seja da Câmara, da mesma forma que na educação, o Município não é responsável, se um professor dá determinada avaliação a um aluno, quer dizer, nós gerimos o que gerimos. E, nesse sentido, esse trabalho está a ser feito. Já fui, por exemplo, duas vezes a Lisboa para tentar desbloquear algumas situações, mas desbloquear positivamente, para dar nota das dificuldades precisamente em Caíde e é certo que depois resultou - Os médicos efetivamente chegaram. Agora como o senhor Presidente disse, nós não temos a possibilidade de obrigar os médicos a ficarem. Eles podem ir para mais perto da sua residência ou por outros motivos. O que nós temos vindo a fazer foi e para isso resultou muito bem o Congresso de Internos que nós fizemos em novembro, que serviu para abrir o auditório, porque com essa iniciativa, podemos chamar quase de pequena operação de charme, nós conseguimos cativá-los. Ainda hoje no Centro de Saúde de Lousada, vi nos corredores três médicos que não são de cá e ficaram cá. E, provavelmente até vão comprar casa em Lousada. E outros lousadenses que estão fora e que já tinham os pedidos para vir para cá e, nós, aí sim, politicamente tentamos interceder para que as situações possam ser revistas, como outros Municípios, certamente o fazem. Em Caíde de Rei, efetivamente existe uma médica que está de licença de maternidade e, por isso certamente as pessoas que estão adjacentes à lista dela, não terão as consultas quando querem, obviamente. E, há outro que irá sair, mas segunda-feira, vem uma médica nova. Ainda, hoje, o Diretor do ACES me confirmou isso. E, portanto, é nessa base, sendo certo que a USF, poderá ser a solução para isso. Nós todos ouvimos as notícias, ouvimos as questões remuneratórias, tem vindo a ser negociadas com os médicos na sua totalidade e, acho que a partir daí pode ser uma boa base de estudo. Quanto aos utentes sem médico de família, é verdade e não é verdade aquilo que diz, pode ser paradigmático, ou seja, os lousadenses em si, não tem tido grandes dificuldades em ter médico de família, em ser-lhes atribuído médico de família, ou seja, inscrevem-se, é-lhe atribuído, pode não ser naquele momento, mas efetivamente ficam servidos. Depois, há estas questões de um médico estar de baixa, mas isso é outra situação. Há um número que dispara e, sim, com inexistência de médico de família que são imigrantes. De acordo com os censos, existe um número de população em Lousada incluindo essas pessoas e na fórmula matemática usada

repara-se que há uma parte sem médico e são precisamente esses. Muitos deles ainda não têm a situação regularizada, nomeadamente por atraso do SEF e, portanto, isso impede-os de ter direito a Médico de família. Essa situação também está a ser agilizada connosco, o serviço de ação social tem estado muito presente nisso, porque nós sabemos que é cada vez uma franja maior da população, isso em termos de números, às vezes pode surgir assim os números, uma centena ou duas ou três, porquê? Precisamente, por causa disto, que estamos a falar, portanto, essa é uma das principais razões. Há outras pessoas que efetivamente, se calhar, preferem outro tipo de serviços de saúde, não foram ao Centro de Saúde, nem querem ter médico de família aqui em Lousada, querem ter em outros sítios ou por opções, por gostarem mais do médico, ou o que seja, tanto há pessoas de Lousada que estão para fora como pessoas de fora que vêm para Lousada. E, portanto, a grande explicação desse ausência será sobretudo, os imigrantes.» -----

-----**CONTINUAÇÃO da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal,**
PEDRO MACHADO:

-----«Muito bem, para terminar, relativamente à intervenção do deputado Dr. Agostinho Gaspar, eu corriji-o na última Assembleia e vou voltar a corrigi-lo nesta e vou ler a ata. A ata da última reunião diz o seguinte, "Relativamente à intervenção Dr. Agostinho Gaspar, eu não disse nem quis dizer, de maneira nenhuma, que afinal eram os Presidentes de Junta do PSD os beneficiados. Não. O que eu quis dizer é que não há ninguém beneficiado, nem há ninguém prejudicado." Sobre aquilo que disse, portanto, não vale estar a inventar. O que eu disse é que podia arriscar que, apesar de não ter nenhum estudo, não ter nenhum relatório, podia arriscar que devia ser dos que mais tinham acesso a material, sim, e mantenho e confesso-lhe que não fui ver. E, confesso que não fui ver, posso ir, mas acho que é uma discussão inútil. -----

Depois, quanto ao plano de transportes, também já não é a primeira vez que vai ali com essa "piadola", de que estamos a fazer um estudo para daqui a 5 anos... Então vai ter de ler, por acaso não tive tempo para identificar aqui a ata, mas eu já corriji isso uma vez também e, portanto, como falou em transportes, "vem de carrinho", como diz o povo. O que eu disse é que para nós termos uma solução eventualmente radicalmente diferente da que temos só nesse horizonte temporal, porque, entretanto, está a iniciar um novo contrato, na sequência do concurso público de concessão. Esse contrato está numa fase experimental e a partir, salvo erro, de novembro passa a definitivo. E conforme eu disse, creio eu, se não foi na última, na penúltima, ou então se calhar foi na reunião de Câmara – não estou certo se foi na reunião de Câmara ou se foi na Assembleia –, é que nós vamos neste período ter essa oportunidade de afinar os percursos, eventualmente até suprimir alguns para os substituir por outros que sejam mais adequados. Podemos aumentar frequências, mas há uma coisa que temos de fazer, temos de manter o equilíbrio do contrato. E, neste momento, o grande problema de uma forma geral é assegurar a sustentabilidade das concessões dos transportes e em Lousada o cenário

não é tão negro como noutros municípios. Nós tivemos na CIM um operador que estava hesitante em assinar o contrato porque tinha sérias dúvidas que os pressupostos que estiveram subjacentes ao concurso viessem a confirmar-se, ou seja, no fundo tinham receio de a procura ser manifestamente inferior àquilo que os estudos económicos que foram feitos retratavam e ainda por cima tendo nós, como tivemos, a pandemia e uma fuga do transporte público. Entretanto, agora estamos numa fase de retoma, mas isso foi prejudicial e, portanto, isto para dizer o quê? Que se porventura esses estudos económicos não se vierem a confirmar, esses operadores têm direito a ser recompensados, porque não vão andar com os autocarros para trás e para a frente a perder dinheiro, se não houver procura que justifique a sustentabilidade do sistema. E, portanto, já o disse aqui também, creio eu, que recebemos alguns contributos de alguns munícipes a sinalizar a necessidade de termos aqui um transporte mais regular entre a Vila e a Estação de Penafiel. Portanto, como interfere com dois concelhos, tem de ser uma resposta de transporte intermunicipal, ao nível da CIM. Outra situação que também faz sentido e que é uma dificuldade é a ligação ao Centro Hospitalar e, portanto, estamos neste momento a estudar essa possibilidade de fazer afinações. Podemos fazer as afinações que quisermos, mas com esta nuance é que se não for sustentável, temos que pôr lá mais recursos para compensar esses operadores e depois volto a dizer, no final do ano está previsto alargar gradualmente aos 11 Municípios, o transporte a pedido que vai resolver um problema daqueles que são mais frágeis, as pessoas que não têm recursos e que não têm transporte e que de quando em vez precisam de se deslocar e depois vamos ter que definir as regras, porque o transporte a pedido não pode ser para substituir aquilo que é o transporte regular. Vamos ter de definir as bandas horárias, porque imaginem que eu peço um transporte a pedido, mas tenho transporte passado uma hora, não é equilibrado, não é? Agora se o autocarro só passa duas vezes, de manhã e à noite, e eu preciso ao meio-dia, já fará sentido. Essas regras vão ter de ser definidas para que seja no fundo uma resposta complementar e não propriamente uma resposta que venha ser uma sombra do que já existe, senão também temos problemas em termos contratuais com os operadores. E, portanto, essa análise que está a ser feita introduzirá melhorias a curto prazo. E, depois há um outro estudo que está a ser feito para o pós-concessão, o que terá sentido existir no futuro, nomeadamente o tipo de transporte mais adequado.» -----

----- **A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 31 membros.** -----

2. ----- Regulamento de transmissão em direto/gravação das reuniões da Assembleia Municipal de Lousada.-----

----- A Mesa da Assembleia propõe a aprovação do **Regulamento de transmissão em direto/gravação das reuniões da Assembleia Municipal de Lousada** versado na [proposta 2 signed.pdf](#) -----

----- Ausentou-se da sala o membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. ----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----No uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 30 votos, o Regulamento de transmissão em direto/gravação das reuniões da Assembleia Municipal de Lousada.**-----

-----**Com Declaração de Voto do seguinte Membro Municipal:** -----

– **PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada:** «Venho apenas proferir declaração de voto, relativamente a este ponto, para que fique claro que o PSD e o CDS, cumprem o seu mandato, não como força de bloqueio, mas como oposição fiel e responsável. Pois bem, depois da condóida resposta aqui do senhor deputado João Correia na última Assembleia, na passada sessão a este respeito, permitam-me só o galhardete de afirmar que não sei se há muita articulação de posições entre os diversos Grupos Municipais do Partido Socialista e, percebi agora que de facto, não há, porque, afinal, tão absurda intitulou a intervenção sobre este ponto e, afinal, fica agora demonstrado que as nossas chamadas de atenção tinham razão de ser. A minha intervenção sobre este ponto, na última Assembleia tinha por base a preocupação e a defesa da democracia, tal como referi nessa data, uma das justificações encontradas pela Coligação para a primeira versão apresentada do regulamento era e passo a citar, tratar-se de um simples erro semântico não intencional. A Mesa, reconhecendo ambiguidade da norma, demonstrou nos que se tratava disso mesmo, propusemos corrigir o artigo, discutimo-lo e reformulamos a sua redação. Em suma, fez-se democracia, que era precisamente o que a Coligação pretendia acautelar, por isso, votamos agora favoravelmente à segunda versão do Regulamento apresentado, disse.» -----

3. ----- Regulamento de organização e estrutura nuclear dos Serviços Municipais do Município de Lousada. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26/06/2023, **deliberou por maioria, submeter para aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, com fundamento no disposto nas alíneas m) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o “Regulamento de Organização e Estrutura Nuclear do Serviços Municipais do Município de Lousada”, para cumprimento do estipulado na al. b) e c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, nomeadamente:**

- a) O modelo de estrutura orgânica adotado; -----
- b) A estrutura nuclear, com as correspondentes unidades orgânicas nucleares; -----
- c) O número máximo de unidades orgânicas flexíveis; -----
- d) O número máximo total de subunidades orgânicas; -----
- e) A adequação ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para o ano de 2023, bem como a correspondente orçamentação e gestão das despesas com pessoal, cfr. artigo 3.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto nos artigos 28.º e 29.º, da LGTFP, publicado pela Lei n.º 35/2014, de 12 de setembro; -----
- f) A data da entrada em vigor da estrutura nuclear dos serviços municipais, nos termos do estatuído no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. -----

----- **Regressou à sala o membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nuno Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. ----**

-----**Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Sobre este ponto, *Regulamento da Organização e Estrutura Nuclear do Serviço Municipais*, aprazo me dizer o seguinte, este regulamento é um documento macro e nesta fase apenas é um documento de intenções que, na minha opinião, deveria merecer da parte do senhor Presidente de Câmara uma explicação quanto ao impacto financeiro no orçamento do Município. Melhor, junto a este documento nuclear, deveria vir, em anexo, o mapa do impacto financeiro comparativo para percebermos a diferença entre os encargos atuais e aqueles que vão resultar das novas alterações ao quadro de pessoal, tal como na reunião do executivo camarário, defendeu e propôs o Dr. Carlos Nunes. -----
Mesmo assim, sem mapa comparativo, gostaríamos que o senhor Presidente da Câmara nos pudesse informar quais os novos custos, encargos financeiros para o Município, com a possível criação de mais cargos de chefias e, chefias superiores e intermédias. -----

leostnc
12

Senhor Presidente da Câmara, entretanto gostaria de lhe dizer o seguinte e porque estamos a falar de funcionários da Câmara Municipal de Lousada, gostaria neste momento de abordar uma vez mais um assunto que entendo pertinente e que continua a prejudicar os trabalhadores da Câmara Municipal de Lousada, a avaliação dos funcionários da Câmara Municipal de Lousada. Há muito que se tornou um processo injusto e que tem lesado muitos trabalhadores da Câmara Municipal de Lousada. Conheço bem a maioria dos trabalhadores, dos funcionários da Câmara Municipal e muitos deles efetivamente têm sido prejudicados nos processos de avaliação. Em resultado, é bom lembrar dessas injustas avaliações, hoje esses funcionários têm salários mais baixos, amanhã quando se aposentarem vão ter reformas baixas, tudo porque foram injustamente muitas vezes avaliados. E, quem como eu conhece a maioria dos trabalhadores do Município de Lousada, sabe que em muitos casos os critérios para avaliação dos funcionários são cada vez mais critérios políticos e até partidários, o que se lamenta. E, para reflexão, concluo, dizendo o seguinte: num Município onde a maioria dos funcionários são autarcas eleitos pelo Partido Socialista ou familiares de autarcas socialistas, é cada vez mais difícil que impere a justiça na hora de avaliar os trabalhadores, disse.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPARGASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Eu queria, aqui, fazer um reforço, relativamente, à intervenção que fez o Dr. Leonel Vieira. -----

A questão da avaliação é importante, como é evidente, acho que isto... Agora, falando de política e politicamente, a verdade é que o que passa para fora, o que circula na rua, é que de forma legítima ou não, o Partido Socialista está já e bem, por um lado a preparar a sua estratégia autárquica para as próximas eleições. E, neste contexto, assistimos a membros de Juntas de Freguesia a ser empregados na Câmara Municipal, nos últimos dias, últimas semanas, últimos meses. E, assistimos ou pelo menos a imagem que passa, é que futuros candidatos a Presidente de Junta pelo Partido Socialista, ingressaram agora como funcionários do Município. Eu, como disse aqui há pouco ao João, não vou falar em nomes, nem sequer em freguesias, mas na altura certa, espero ter saúde para aqui vir e dizer, no dia 29/06/2023, eu vim aqui alertei esta situação, hoje e, se for mentira, peço desculpa, se for verdade, vão ter de me ouvir, disse.» -----

-----**Ausentou-se da sala o membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, Presidente da União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida).** -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Começando por esta parte mais acintosa, acho que a Coligação não aprende, já ouvi esta história, é cíclica, não é? Acentua-se de 4 em 4 anos e de 12 em 12 bate lá em cima, não é? Enfim, é o descalabro

total. E, portanto, como aqui já foi dito muitas vezes, não pode valer tudo, porque lançar atoardas de que, enfim, os funcionários da Câmara são avaliados por critérios político-partidários, nem vocês próprios acreditam nisso! E depois, quando olho para a minha frente e vejo funcionários numa bancada e funcionários noutra, logo por aí vocês perdem credibilidade, não é!? É evidente que nós somos um Município de média dimensão, mas não deixamos de ser uma terra pequena e há sempre alguém mais próximo, um conhecido, amigo, vizinho ou familiar de alguém. É normal que assim seja, não é!... E, portanto, vir por aí, acho que, sinceramente, vos fica muito, muito mal. Nós temos concursos públicos, temos depois listas que são válidas por 18 meses, e em função da classificação as pessoas são chamadas. Agora, quem é que entrou, ou deixou de entrar, se é do Partido A ou B, não lhe sei dizer e acho essa sua abordagem estranha e repudio-a por completo, porque inclusivamente já aqui foi dito também, mais do que uma vez, que inclusivamente, no passado, chegou a entrar para a Câmara alguém que era, ou tinha sido, líder da JSD. Ou seja, não houve nenhum bloqueio, como não pode de maneira nenhuma haver, como é óbvio. Pelas opções legítimas de cada um, seja no que for, pelas suas crenças religiosas, seja pelas suas opções político-partidárias, ninguém pode ser beneficiado, nem prejudicado. E, portanto, estou de consciência tranquila, acho que vocês me conhecem minimamente e, portanto, repudio por completo essa abordagem que fizeram. -----

Relativamente à injustiça, sim, ela existe, mas não existe por causa dessas motivações, não, de maneira nenhuma, existe porque o sistema está formatado para impedir o mérito de todos aqueles que têm esse mérito. Quando um avaliador só pode atribuir 20%, de relevantes, isto é justo? Claro que não. Nós, na nossa estrutura só temos 20% de pessoas que fazem mais do que aquilo que é adequado? Claro que temos mais. Essa é que é a grande dificuldade de quem é avaliador, é gerir isso. E, portanto, não é o executivo, neste caso, o que eu faço é homologar depois as classificações que os avaliadores dão e depois apreciar as reclamações. E, de vez em quando surge uma outra, mas até nem é normal haver reclamações, este ano tivemos 2 ou 3 casos, das escolas salvo erro. -----

E, por exemplo, nas escolas nem somos nós que damos as classificações, são os Coordenadores de Escola. Nós temos uma secção autónoma do SIADAP para as escolas, para educação, porque não estamos com os funcionários no dia a dia, portanto, fazemos essa monitorização, esse acompanhamento, mas não é permanente, não é diário, só mesmo as coordenações das escolas é que têm essa perceção e, portanto, fizemos isso. Fizemos também agora na saúde, porque delegamos no diretor do ACES essa competência para avaliação. Diria que a avaliação é das tarefas mais árduas, mais ingratas, sobretudo quando o avaliador está limitado em termos legais, a atribuir apenas 20% de relevantes. E, isso depois faz toda a diferença, porque se porventura um funcionário não for contemplado de quando em vez com um relevante, só adquire mais 2 pontos, de 2 em 2 anos, e só ao final de 10 pontos é que sobe para outra posição remuneratória. Portanto, o que está mal é isso, é o sistema de

avaliação. É por isso que os sindicatos, de maneira geral, se têm insurgido e ao que consta, o Governo vai trazer-nos boas notícias, assim espero. O que se diz é que os ciclos avaliativos vão passar a ser anuais e não bianuais e, portanto, aí já encurta para metade a progressão, mas efetivamente isso é um problema gravíssimo que nós temos na função pública. Nós temos muitos funcionários com mais de 20 anos que ganham tanto como aqueles que agora entram de novo, porque efetivamente houve um aumento substancial no ordenado mínimo, substancial em termos absolutos, mas em termos reais não é nada substancial, porque a inflação absorveu esse aumento. Vocês não imaginam a dificuldade que é atualmente para recrutar pessoas para algumas tarefas. Nós chegamos a ter concursos desertos, estava mais a pensar em assistentes operacionais, mas estava aqui o Vereador a lembrar-me que tivemos um concurso deserto para técnico superior de arquitetura. Tivemos outro concurso deserto para engenharia eletrotécnica, porquê? Porque, efetivamente a função pública remunera muito mal. E, por isso é que vem esta estrutura orgânica, porque a que temos, tem uma dúzia de anos, está desatualizada e, inclusivamente, nós já tivemos estruturas orgânicas tão expansivas como esta que agora estamos a propor. Em 2003, nós tínhamos uma estrutura orgânica com 7 departamentos e 15 divisões. Nós agora estamos a propor 7 departamentos e 12 divisões e não é minha intenção preenchê-los todos. Agora, este exercício deve ser feito com um horizonte temporal de médio longo prazo, até para as pessoas terem ambição e terem expectativas e poderem, enfim, aspirar a progredir e enveredar por carreiras dirigentes. Ainda há pouco tempo, nós perdemos uma colaboradora, uma técnica superior para o Município de Matosinhos, foi assumir um cargo dirigente na área do desporto. Ainda há pouco tempo um outro colaborador numa área nuclear técnico superior, foi convidado para dirigente noutra Câmara e, portanto, ou nós temos uma estrutura também que de algum modo seja adequada àquilo que é a nossa realidade ou então nós perdemos os talentos e, sobretudo, perdemos capacidade de gestão, porque efetivamente estas chefias são importantíssimas. A grande novidade nesta estrutura nuclear são as chefias intermédias que não existiam antigamente. E no caso em concreto, nós estamos a propor bastantes, mas não é minha intenção, como é óbvio, preenchê-las todas. Agora, isso dá motivação, dá alento nalgumas situações e quando falam dos encargos financeiros, este assunto em bom rigor nem precisava de vir cá hoje, porque ele não pode ter agora andamento sem uma próxima deliberação da Assembleia, onde previamente nós na reunião de câmara, vamos ter de aprovar a estrutura flexível e depois vamos ter de determinar a abertura de concursos públicos naquelas áreas que foram entendidos que são prementes. E, a competência para a constituição do júri é da Assembleia. ----- Portanto, isto vai ter de ser feito em contínuo e o assunto sendo aprovado, hoje, não vai já para publicação, porque se não depois ficávamos com um vazio, porque uma das consequências da aprovação desta estrutura é que todas as comissões de serviço caem e, tem de haver aqui depois uma continuidade e o que faz sentido é que isto corra ao mesmo tempo que a

abertura dos concursos. Isto para dizer o quê? Que relativamente aos encargos financeiros depende do número de cargos que se vai prover e, depende de algo que é impossível determinar que é quem é que vai ocupar os lugares. Nós podemos prever um cenário mais pesado em termos orçamentais que é, partir do princípio que vem toda a gente de fora, aí de facto o encargo seria brutal, mas naturalmente que temos dentro da Câmara muitas pessoas que vão ser opositores a esses concursos. E, portanto, depende depois quem vier a ficar selecionado nesses concursos porque, por exemplo, ao nível das chefias intermédias, nós estamos a propor que sejam colocados na quinta posição, embora a lei nos permitisse ir até a sexta. Nós temos salvo erro, 16 técnicos superiores que já estão na quinta posição. Portanto, se um deles vier a preencher um desses lugares, a diferença em termos remuneratórios é zero. Ficarão apenas com mais responsabilidade e com mais autoridade, portanto, depende caso a caso. E, por isso nós vamos ter depois de fazer essa orçamentação que porventura já não terá efeito para este ano, porque se o assunto for aprovado em setembro, dificilmente nós teremos os concursos concluídos ainda este ano. Portanto, terá quando muito efeitos para o próximo ano, mas sim, depois, quando for para aprovarmos na reunião de Câmara, aí vamos ter de fazer uma estimativa e, depois a Assembleia terá acesso a isso. Neste momento, achamos que qualquer exercício que se fizesse é mera especulação, não há qualquer certeza nisso, quando muito podemos pensar o pior cenário que é: todos os cargos vão ser providos por pessoas que não são funcionários da Câmara, porque elas podem vir em regime de comissão de serviço. E, aí eram lugares a mais, não é. Agora o que eu vou definir é um limite de despesa, portanto estava a pensar 10, máximo 15 mil euros a mês, não mais do que isso, porque não quero também de maneira nenhuma, descontrolar a despesa com pessoal, como é óbvio, tem de ser ajustado. -----

E depois os outros que não forem preenchidos, podem, estou convencido disso, fazer a diferença também na motivação de gente com muita qualidade que nós temos e que precisamos também de os motivar mais e de lhes dar essa ambição. Portanto, esse é o principal propósito desta estrutura.»

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----No uso da competência prevista nas alíneas m) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por maioria de 21 votos a favor (20 do Partido Socialista + 1 da Coligação Acreditar Lousada) e 9 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, o Regulamento de Organização e Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais do Município de Lousada.**-----

----- As nove abstenções foram dos seguintes Membros Municipais da

Coligação Acreditar Lousada: -----

- 1 - Leonel Domingos Reis Vieira da Silva; -----
- 2 - Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro; -----
- 3 - Joaquim José Correia Bessa; -----
- 4 - Pedro Miguel Amaral Silva; -----
- 5 - Ana Cristina Leal Moreira; -----
- 6 - Ricardo Bessa Marques; -----
- 7 - André António Neves Magalhães, substituto legal de Carlos Manuel Cunha Moreira; -----
- 8 - Sandra Maria Leonor P. da Silva; -----
- 9 - Rute Solange Ferreira da Cunha, representante legal de Fausto Manuel da Costa Oliveira, Presidente de Junta da União de Freguesia de Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

4. -----Prestação de contas consolidadas, do ano de 2022. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26/06/2023, deliberou por maioria, **aprovar e submeter** à Assembleia Municipal de Lousada, para **apreciação e votação** do documento de **Prestação de Contas Consolidadas do Município de Lousada, referente ao exercício de 2022, acompanhadas da Certificação Legal das Contas e do Parecer do Revisor Oficial de Contas (C&R - Ribas Pacheco, SROC, Lda.)**, ao abrigo da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e no n.º 2 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual redação). -----

----- **Regressou à sala o membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, Presidente da União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida).** -----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e no n.º 2 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual redação, a **Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos a Prestação de contas consolidadas, do ano de 2022.** -----

5. -----Assunção de compromissos plurianuais - “Aquisição de dois prédios na freguesia do Torno, junto ao Santuário Sra. Aparecida”. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de

junho de 2023, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a autorização prévia da repartição de encargos por dois anos económicos distintos, de acordo com os seguintes valores: 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), aquando da realização da escritura pública, que deverá ocorrer até ao final do mês de julho do corrente ano e, 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), em março de 2024, referente à aquisição de dois prédios rústicos, conforme descritos na informação do Departamento de Obras Municipais e Ambiente n.º 11738/23 de 20/06/2023, na freguesia do Torno, concelho de Lousada, junto ao Santuário da Sra. Aparecida, em cumprimento na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 11 de abril.** -----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 11 de abril, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos a assunção de compromissos plurianuais – “Aquisição de dois prédios na freguesia do Torno, junto ao Santuário Sra. Aparecida”.**-----

6. -----Assunção de compromissos plurianuais – “Aquisição de terreno e casa em Nevogilde (Sra. da Ajuda)”.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de junho de 2023, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a autorização prévia da repartição de encargos por dois anos económicos distintos, de acordo com os seguintes valores: 85.000,00€ (oitenta e cinco mil euros), aquando da realização da escritura pública, que deverá ocorrer até ao final do mês de julho do corrente ano e, 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), em março de 2024, referente à aquisição de terreno e casa no Largo da Sra. D`Ajuda, freguesia de Nevogilde, concelho de Lousada, conforme descritos na informação do Departamento de Obras Municipais e Ambiente n.º 11741/23 de 20/06/2023, em cumprimento na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 11 de abril.**-----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:**

-----No uso da competência prevista na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 11 de abril., **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos a Assunção de compromissos plurianuais - "Aquisição de terreno e casa em Nevogilde (Sra. da Ajuda)".** -----

7. -----Assunção de compromissos plurianuais - "Aquisição de terreno na Quinta das Pocinhas.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de junho de 2023, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação** da Assembleia Municipal de Lousada, **a autorização prévia da repartição de encargos por dois anos económicos distintos, de acordo com os seguintes valores:** 50.000,00€ (cinquenta mil euros), aquando da realização da escritura pública, que deverá ocorrer logo que esteja efetuado o registo predial do acerto de extremas, até ao final do mês de julho do corrente ano e, 130.000,00€ (cento e trinta mil euros), em março de 2024, **referente à aquisição do prédio urbano, sito na Rua Quinta das Pocinhas, n.º 73, União das freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, concelho de Lousada, conforme descrito na informação do Departamento de Obras Municipais e Ambiente n.º 11839/23 de 21/06/2023**, em cumprimento na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 11 de abril. -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente de Câmara, gostaria que me explicasse o seguinte, aquele edifício que hoje a Câmara se propõe comprar esteve durante muito tempo à venda por um valor a rondar os 100 mil euros. E, na altura, provavelmente até mais valorizado, atendendo que então não estava construído qualquer edifício próximo, refiro-me àquele edifício que está construído na parte norte confinante com esse prédio. --- A minha pergunta é, porque é que na altura a Câmara não adquiriu esse terreno? Porque é que não estava interessada? E, porquê agora, com um valor, substancialmente superior 100 mil para 180 mil euros, que é o valor que a Câmara vai oferecer ou está a oferecer pela aquisição daquele prédio. E, já agora, gostaríamos que nos explicasse, porquê o interesse agora e porque não na altura quando ele estava mais barato e para que fins efetivamente se destina a aquisição desta casa ou deste edifício. Muito obrigado.» -----

Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista: «Quanto a estes três pontos deixei para o fim por uma questão de evitarmos aqui prolixidade, queria no fundo, parabenizar este Município por ir ao encontro das necessidades das instituições. Efetivamente estas aquisições vêm resolver os problemas que estas instituições apresentavam, nomeadamente quanto à melhoria das instalações e por uma questão de segurança futura, previsibilidade. -----

Em relação ao Torno, este terreno vai permitir um apoio certo à romaria e muitíssimo bem e, depois, durante o ano vai servir para outras valências, o mesmo ocorrendo para Nevogilde. E aproveito para destacar, também, no mesmo sentido, as recentes aquisições em Macieira para o Parque de Lazer e em Meinedo para a Juventude Desportiva. E, obviamente, que até já foi falado também aqui, hoje, as iniciativas que têm existido para criar uma idêntica segurança para o centro da Vila.» -----

Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: «O senhor ex-vereador deu nota de que este terreno teria estado à venda por cem mil. Eu sei que ele esteve à venda, mas não tenho ideia do valor e creio que era substancialmente superior. O que eu sei é que nós andamos a tentar adquirir este terreno já há alguns anos com o anterior proprietário, que era uma empresa do Marco e, na minha ótica não foram muito corretos, porque nós estávamos a negociar e depois fomos surpreendidos com a alienação ao atual proprietário. Quando soubemos, encetamos contactos com o atual proprietário e manifestamos o nosso interesse para adquirir aquela parcela. No limite, se não houvesse outra possibilidade, poderíamos tentar exercer o direito de preferência, mas chegámos a um acordo e conseguimos alterar o objeto, porque, para além daquele prédio, nós conseguimos adquirir outra área adjacente, com 76 metros quadrados que vai permitir ligar à Praceta Paulo Cunha, ou seja, previamente o promotor daquele prédio que está lá a ser construído fez uma alteração ao loteamento para retirar do loteamento aqueles 76 metros para os juntar a este terreno que vai vender e, portanto, no fundo, o que estamos a adquirir é o prédio que já existia mais os 76 metros que provêm do prédio contíguo. -----

Qual é a ideia da Câmara? É aquilo que o senhor vereador defendeu há bocadinho a propósito do PDM, é garantir condições para que efetivamente as coisas possam acontecer no futuro e não é com manchas no PDM que as coisas aparecem no futuro. É com a propriedade dos terrenos. Essa é que é a garantia que nós temos para depois se poder fazer aquilo que pretendemos. E, no caso em concreto, acho que é óbvio, porque é que nós estamos a adquirir aquilo? Nós temos no concelho uma grande instituição que é um dos pilares da cultura no Município, o Conservatório de Música, que teve instalações, se calhar grandes demais na altura para aquilo que era a realidade do Conservatório, que rapidamente ficaram pequenas demais. Quem conhece aquela casa sabe

que há ali uma limitação grave de espaço. A orquestra, por exemplo, quando ensaia mete um bocadinho de impressão porque ficam todos apertadinhos para conseguirem estar a desenvolver a sua atividade e, portanto, já algum tempo que nós tínhamos esta perceção de que efetivamente tínhamos de ter ali uma resposta adequada para que o Conservatório não defínhe e possa ser ainda mais ambicioso e o único terreno que permite essa ampliação é aquele, e daí esta proposta de aquisição. Ainda não temos qualquer projeto, temos é uma expectativa agora de tentar enquadrar essa ampliação no próximo quadro comunitário, mas sem terrenos é que nós não conseguiríamos com certeza, concretizar esse anseio. -----

Aliás, esta iniciativa em bom rigor nem foi do Conservatório, foi nossa, mas, lá está, quando partilhamos isso com o Conservatório, a partir daí começamos a ser pressionados para que essa realidade se concretizasse, porque enfim, esta necessidade é premente e, portanto, temos por parte do Conservatório, apreço também nesta concretização, porque era uma aspiração também do Conservatório, como é óbvio.» -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----No uso da competência prevista na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ripristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 11 de abril, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos a assunção de compromissos plurianuais - "Aquisição de terreno na Quinta das Pocinhas".**

8. -----Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de junho de 2023, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, a atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, no valor de 6.413,06€(c/ IVA), para efetuar a remodelação das casas de banho do Movimento Sénior de Nogueira**, para cumprimento do disposto na al. j) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro(Regime Jurídico das Autarquias Locais(versão atualizada)). -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:

----- No uso da competência prevista al. j) do n.º 1 do artigo 25.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada)), **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos a atribuição de subsídio à União de Freguesias de**

Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

Ne

9. -----Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de junho de 2023, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação** da Assembleia Municipal de Lousada, **a atribuição de um subsídio à União de Freguesias de cristelos, Boim e Ordem, no valor de 20.000,00€ (vinte mil euros), para a intervenção a decorrer no Largo entre a Igreja e o cemitério da Ordem**, para cumprimento do disposto na al. j) do n.º 1 do artigo 25.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada)). -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:

----- No uso da competência prevista na al. j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada)), a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos a atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

10.-----Contrato Interadministrativo de delegação de competências, na área das refeições escolares, no que concerne ao transporte de refeições a celebrar entre Município de Lousada e a Junta de Freguesia de Nevogilde.

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de junho de 2023, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação** da Assembleia Municipal de Lousada, **o contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Lousada na Junta de Freguesia de Nevogilde, tendo em conta a competência dos municípios na área das refeições escolares, no que concerne ao transporte de refeições e nos transportes especiais**, em cumprimento do disposto na al. K, do n.º 1 do artigo 25.º Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada)). -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:

----- No uso da competência prevista na al. K, do n.º 1 do artigo 25.º, da

lousada
ne

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada)), a **Assembleia Municipal de Lousada**, aprovou por unanimidade de 31 votos, o contrato Interadministrativo de delegação de competências, na área das refeições escolares, no que concerne ao transporte de refeições a celebrar entre Município de Lousada e a Junta de Freguesia de Nevogilde. -----

11.-----Assunção de compromissos plurianuais – “Aquisição de serviços de refeições escolares para o ano letivo 2023/2024. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de junho de 2026, deliberou por unanimidade, **remeter à aprovação** da Assembleia Municipal de Lousada, a **assunção de compromissos plurianuais, com a consequente repartição de encargos por dois anos económicos de 2023 e 2024, no âmbito da aquisição de serviços de refeições escolares para o ano letivo 2023/2024, cujo valor máximo estimado é de 417,002,40€, acrescido do respetivo IVA, repartido da seguinte forma: Ano de 2023 – 142.658,40€ + IVA e Ano de 2024 – 274.344,00€ + IVA, para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.** -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a **Assembleia Municipal de Lousada**, aprovou por unanimidade de 31 votos a **assunção de compromissos plurianuais – “Aquisição de serviços de refeições escolares para o ano letivo 2023/2024.** -----

12.-----Atribuição de apoio financeiro aos Movimentos Seniores do concelho (adstritos às Juntas de Freguesia). -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 06 de junho de 2023, deliberou por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada)), a atribuição de um apoio financeiro às Juntas de Freguesia, destinados aos Movimentos Seniores que lhe estão adstritos, nos termos infra descritos:** -----

16

Movimento Sénior	Entidade Parceria	Subsídio a atribuir
Aveleda	Junta de Freguesia da Aveleda	240€
Boim	União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem	180€
Cristelos	União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem	290€
Lodares	Junta de Freguesia de Lodares	410€
Nevogilde	Junta de Freguesia de Nevogilde	400€
Nogueira	União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	330€
Ordem	União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	230€
S. Miguel	União de Freguesias Cernadelo, Lousada (S. Miguel e Santa Margarida)	200€
Silvares	União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	200€

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada)), **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos a atribuição de apoio financeiro aos Movimentos Seniores do concelho (adstritos às Juntas de Freguesia).** -----

13.-----PDM – Lousada – Alteração por adaptação. -----

----- Nos termos do n.º 4 do artigo 121 do DL n.º 80 de 14 de maio, na sua atual redação **Assembleia Municipal leva a conhecimento deste Órgão deliberativo os documentos da alteração por adaptação do PDM de Lousada.** -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista n.º 4 do artigo 121.º do DL n.º 80 de 14 de maio, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, tomou conhecimento dos documentos do PDM-Lousada- Alteração por adaptação, pelos 31 membros presentes na sessão.** -----

14.-----Relatório de Execução e Orçamento e Financeiro – 1.º trimestre de 2023 da Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, E.M. – Sociedade Unipessoal Lda. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22 de maio de 2023, deliberou por unanimidade, **submeter à Assembleia Municipal de Lousada o Relatório Orçamental e Financeiro – 1.º Trimestre 2023 da Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda., apresentado pelo Conselho de Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo**, nos termos do artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela lei n.º 69/2015 e do artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) do anexo da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

-----Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, Coligação

Acreditar Lousada: «Relativamente, a este ponto, é para informação, mas, queria aqui, de certa forma, corroborar, não sei se todos leram a ata da Câmara, eu até que o senhor Presidente também concordou, mas não é isso que está em causa aqui. Eu acho que, permita-me senhor vereador que *"vote a mão aquilo"*, não é, quer dizer, isto não tem jeito, acho que mínimo é preciso apresentar as coisas com alguma correção e, não vamos estar aqui avaliar um relatório de atividades de dezembro, quando se é de janeiro a março, não é. Não estou a criticar ninguém em particular, mas acho que aquilo é um bocadinho *"copy paste"*, aliás, está escrito numa numa ata. Se não há alguém naquela administração, eu sei que saiu agora uma pessoa, com grande capacidade que estava na administração para Matosinhos, mas acho que é o mínimo relativamente quer à tutela, digamos assim, quer a própria Assembleia Municipal. Fica este reparo não é nada pessoal, mas acho que é tempo de... Aquilo começou de certa forma, quando o senhor vereador iniciou funções, mudou positivamente, até com critérios, com objetivos, com uma série de coisas, mas de lá para cá, as coisas têm-se, na minha opinião, um certo, pelo menos na apresentação das coisas... Eu Não posso avaliar um relatório de atividades de dezembro que me dizem que é, avalia o relatório de atividade de janeiro a março e depois vem lá de dezembro. Digo eu, mas, mas como estas há várias. Portanto, era este reparo que queria fazer apenas, disse. Obrigado.» -----

-----Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO

MACHADO: «Relativamente a este ponto, nós na reunião de Câmara fomos confrontados com uma determinada intervenção do senhor vereador Dr. Carlos Nunes e confesso que me limitei a ouvir e não contrapus, porque não tive tempo de analisar e, portanto, *copy paste* foi aquilo que o Dr. Agostinho Gaspar fez, que no fundo foi reproduzir a intervenção que foi feita na reunião de Câmara. Visto com mais detalhe e com mais análise, há uma justificação, embora tenha lá um lapso, que tem, o resto está perfeitamente enquadrado, está correto, mas eu vou passar a palavra ao senhor vereador

ara poder dar essa resposta.»-----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 48 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, passou a palavra ao senhor Vereador António Augusto Silva, Partido Socialista. -----

-----Intervenção do senhor Vereador da Câmara Municipal, ANTÓNIO AUGUSTO SILVA, (PS): -----

«Efetivamente, há ali algumas incorreções em algumas páginas onde devia estar escrito 2023, está 2022; há alguns lapsos, mas não me parece que sejam de monta que justifiquem tamanha intervenção. Agora aquilo que foi dito na reunião Câmara e que acabou por justificar, efetivamente, a intervenção que acabou de fazer, está relacionada com a página 15 e 19 e que foi muito enfatizado na referida reunião. Na realidade não tem qualquer problema e é facilmente justificável. Assim na conta 7211307, em que estaria previsto de 11.500€, de proveitos em termos de orçamento para 2023 e os proveitos são zero, tem a ver com o facto de pelas regras contabilísticas estes orçamentos serem feitos em função dos proveitos dos 3 anos anteriores. Neste caso concreto, havia uma prestação de serviços, um aluguer da piscina a uma clínica para fazer recuperação dos seus utentes, que acabou, que foi extinta. Portanto, naquela conta, há ali um valor que tem a ver com os 3 anos anteriores e que está relacionado com as regras contabilísticas. A isto se junta também as utilizações livres que estão orçamentadas com 20.000€ e que neste relatório tem apenas realizado 1.836. As utilizações livres são fundamentalmente sazonais, são fundamentalmente feitas no verão através da utilização da piscina exterior. Portanto, há aqui efetivamente uma diminuição no provelto, mas tem a ver com a sazonalidade da situação. É expectável que nos próximos relatórios esta situação espelhe uma realidade diferente uma vez que já teremos os meses de verão. Assim aquilo que foi afirmado, dizendo que por um lado estava-se a justificar o facto de os honorários crescerem e por outro as vendas diminuírem não é verdade. Obviamente que os honorários sobem e, na página 19, também muito enfatizado em reunião de Câmara, que os honorários sobem 65%, isto é muito fácil de explicar. Temos outra vez as regras contabilísticas, o facto de termos estado com pandemia por Covid19, aquilo que se pagou às prestações de serviço aos professores, que foram dar aulas caiu drasticamente devido aos encerramentos sucessivos e diminuição de utentes. Tivemos obviamente um pagamento muito menor de honorários. Com a retoma das piscinas, nomeadamente com as aulas de grupo, com hidroginástica, etc. houve aqui um incremento significativo e, portanto, um aumento bastante elevado de horas de trabalho necessárias de prestadores de serviços e consequentemente dos seus horários, fruto de haver também muito mais aulas e muitos mais utentes. Voltando à intervenção do senhor deputado, no aspeto concreto que frisou

que está relacionado com um erro de digitação do ano civil 2023, que por lapso foi escrito 2022 em três ou quatro locais, tem razão, é verdade esse lapso existe.» -----

-----**CONTINUAÇÃO da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:**-----

«Ainda há bocadinho, alguém dizia que era um sinal de inteligência preparar as coisas e ter respostas na manga e, portanto, desculpem, mas as coisas são como são. E, portanto, o senhor vereador não estava a atacar, o senhor vereador estava a tentar explicar que essa ideia que o senhor deputado estava a deixar transparecer de que havia ali um desnorte na administração da piscina, quer dizer, não é por 2 ou 3 gralhas ou 4, não sei quantas são que existe o desnorte, não. Agora o que podia ser grave foi aquilo que eu próprio não consegui responder na altura em que a situação foi alertada, é como é que havia um desfazamento entre a previsão de receita face à receita real e pelo lado da despesa o inverso, porque tem que ver com as regras contabilísticas e nós, quando fazemos orçamentos na Câmara, também é assim, há receitas que são feitas em função da média e depois há receitas que são sazonais e, portanto, creio que era o primeiro trimestre e, portanto, naturalmente que depois no segundo e sobretudo no terceiro trimestre, que o resultado depois em termos de proveitos, vai ser completamente diferente e, portanto, isto não invalida que naturalmente devemos, e foi o que fizemos, chamar a atenção do Conselho de Administração, como é óbvio. No fundo, o que o senhor vereador referiu foi a informação que, entretanto, recebemos da Administração, efetivamente penalizaram-se pelas gralhas que lá tem que não deve acontecer, mas eu próprio, por vezes também as faço e sou muito cuidadoso. E, pronto, há que ter brio nesses documentos, naturalmente, e aí concordamos inteiramente com o que disse, o senhor vereador, que são documentos que têm, enfim, eficácia externa, vêm para a Assembleia, alguns deles vão para o Tribunal de Contas, para a Inspeção Geral de Finanças e as coisas devem estar o mais perfeitas possível. E, portanto, não há aqui nenhuma crítica, nenhum ataque, é apenas a tentativa de explicação dessa situação, nada mais.» -----

----- No uso da competência prevista no artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela lei n.º 69/2015 e do artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) do anexo da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal de Lousada, tomou conhecimento dos documentos do Relatório de Execução e Orçamento e Financeiro - 1.º trimestre de 2023 da Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, E.M. - Sociedade Unipessoal Lda, pelos 31 membros presentes na sessão.** -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- A senhora Presidente da Assembleia deu início ao período de
intervenção do Público. Foi

----- Foi informado o Munícipe inscrito para intervenção de que a Assembleia Municipal estava a ser transmitida via streaming, áudio e vídeo, sendo-lhe entregue folha de informação e consentimento de transmissão desta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Intervenção do Munícipe senhor JOSÉ ALBERTO MATOS:

-----«Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, até ele falou, aqui esses senhores estiveram a falar que se preocupam muito com a saúde. Então, hoje até fiquei sensibilizado, já nem vou fazer a pergunta, porque eu mudei de casa com as crianças, porque estavam com problemas de saúde, dele ter aprovado o picadeiro junto a minha casa, ter aprovado um contentor carregado de bosta dos cavalos, junto a minha casa, ter também os cavalos, estar junto à casa ali mijam, cagam, dormem ali, mas parece que eu mudei de casa, mas agora os senhores estão aqui a dizer, aqui a saúde também está a dizer que não há problemas nenhuns, que os senhores preocupam muito com a saúde. Então aí está o assunto resolvido. Aí quero pedir desculpa ao Sr. Presidente e concordar com ele que se preocupa muito com a saúde das pessoas, embora tenha levado os meus filhos aqui ao hospital, ainda na semana passada a minha filha mais nova, foi fazer uma operação, devido a problemas alérgicos, mas hoje fiquei satisfeito, o meu coração ficou feliz ao saber que aqui os senhores da saúde se preocupam com a saúde das pessoas, por isso mesmo, agradeço que até ponham lá mais outro picadeiro ao lado ou até ponham lá o lixão, também pode lá ficar. Já estão habituados, ali Lustosa está habituado a tudo. Mais uma coisa, que eu achei estranho é que o senhor Presidente da Câmara e a própria Câmara entraram no meu terreno, o Sr. que está aí que fala bem, meta o Presidente a tribunal, se tiver força. -----

Olhe uma coisa, entraram no meu terreno, retiraram os meus tubos que estavam lá que levavam água de um terreno mais baixo para a linha de água e colocaram os tubos de água, da água pública no vizinho que comprou o terreno ao meu irmão. Esses terrenos eu tinha-os comprado todos, eu comprei naquela área 50 mil metros de terreno, tudo acima da linha de água e sei que aqueles terrenos, inclusive o meu e esse não tem acesso à via pública. Aliás, ele foi vendido sem acesso à via pública, está lá no cartório, aquele papel que o Sr. sabe o que é. -----
Foi lá, então o Sr. Presidente manda abrir ali no meu terreno, mete os tubos

R

da água da Câmara, retira-me os tubos da água, delta-os para o lixo, e, mais engraçado, junto à minha caixa de eletricidade, o que é que ele faz? Não foi ele, mandou fazer, não é, se calhar não sabe, ele não sabe, também nunca sabe nada, mas pronto, meter uma caixa de água em cima dos tubos de eletricidade, no meu terreno, logicamente, mas isso é normal, porque ele também não sabe, ele nunca sabe de nada. Mas há aqui uma coisa também interessante Sr. Presidente que é muito engraçada, o Sr. Presidente em 21/11/2019, fez um licenciamento com despacho da obra, então em 5/12/2020, a Câmara licenciou a obra, é interessante, muito certo. Só que a Câmara quando licenciou a obra viu que não tinha caminho de acesso, não tinha via pública, foi fácil, quatro meses depois, pelo meu lote de terreno fizeram a via pública e, isso continua assim, ali é tudo uma coisa engraçada. -----

Mas tem outra, o Sr. Presidente de Câmara, aprovou o loteamento ao lado, que aquele terreno também era meu, que eu cedi-o a outro indivíduo, ele tinha 2.500 metros, não é estranho quando vou levantar estes documentos todos a área deste terreno tem 2 mil 776,4, o virgula 4 é que me confundiu, porque aquilo é um milímetro, aquilo é como na NASA, certinho ao milímetro, virgula 4. Eu disse como é que ele conseguiu medir isto tão ao milímetro, virgula 4, se eu vendi 2.500, agora tem virgula 4. Ora muito bem, comecei a analisar confrontações, norte: caminho, certo, sul: colocou caminho que é o meu terreno, ok; nascente: caminho asfaltado, certo, poente: eu, certo. Agora pergunto aí, a sul é o meu terreno, ele pôs caminho, pronto. Ora muito bem, a norte onde está o caminho? Ninguém sabe, desapareceu. O caminho a norte desapareceu. Mas a mais engraçada não é essa, eu começo a mexer nos documentos e com certeza que alguém aqui da Câmara que lê os documentos, diz lá assim:-- "O Sr. Moura, o Sr. Carlos Moura vende..." -----

Então o que é que o Sr. Carlos Moura faz, vende um aqueduto pelo meu caminho para ter acesso à linha de água. Então, a linha de água, ele faz um muro no meu caminho e faz a linha de água privada, privatiza a linha de água, que a linha da água está no PDM. Eu venho saber se isto é normal nesta Câmara? Se há alguém aqui, de facto, que como vereador dizendo ao povo, não passe só graxa ao Presidente, passar graxa, há aí muita gente a passar graxa, já vim aqui duas vezes e vejo sempre os mesmos graxas. E, dizer assim, não senhor, isto vai ser metido ao Ministério Público para saber o que é que se passa aqui, porque não vamos tomar na conversa do Presidente. -----

O Presidente, até hoje, não disse uma verdade, a única coisa que ele fez foi ameaçar-me dentro da Câmara e proibir os fiscais de ir lá ver as ilegalidades, que ele proibiu os fiscais. Portanto, ali há muita ilegalidade, entende, há muito tráfico de influências, é o que eu suspeito que existe tráfico de influências. E, vou dizer mais, ali tem de haver também além do tráfico, das suspeitas de tráfico de influências, tem que haver corrupção no meio disto tudo, corrupção ativa e passiva e, isto que fique ciente. Então se os vereadores que estão aqui para defender o povo, que vão lá, que estão a fazer aqui. Só a receber o dinheiro. Vêm aqui vereadores de Lisboa, só

para receber o dinheiro, não fazem nada, entendem. Vêm aqui cantar postas de pescada, armarem-se em parvos, a dizer burrices, a chamar burros uns aos outros, a chamar cães uns aos outros, é o que se está aqui a passar, isto não é uma casa, isto parece mais um circo. É isso que quero, que me metam no Ministério Público, se alguém estiver a ouvir, que meta no Ministério Público, que também vou informar onde é que está naquela área um prédio de 3 andares construído em cima de uma linha de água, construído em cima de uma nascente de água e construído em cima de uma mina de água. Foi autorizado por quem? Pelo meio Ambiente. Mas também vou dizer mais, eles taparam toda a linha de água que vem da Fremaux, até cá baixo, porque a Fremaux pagou ao indivíduo que tapou, a água está entubada e ela não estava, porque o terreno que veio para cima todo, é todo meu, eu sei o que estou a falar, toda a área que está a norte da linha de água foi minha, era 50 mil metros. Hoje tenho lá 30 mil e sei o que estou a falar. E, o Sr. Presidente da Câmara conta histórias, conta filmes, embebedada aí pessoal todo aí com histórias, que é o último a falar, ele inventa as histórias que ele quer e o pessoal está aí, não pode fazer mais nada do que bater palmas, ninguém aqui defende o povo, defendem é o tacho deles, defendem o tacho, defendem os interesses que têm de colocar filhos nos departamentos, colocar filhos ali, colocar filhos acolá, é o que eles defendem, a gente sabe disso, percebe. -----

Ó Sr. Presidente da Câmara, só uma coisa a ele: O senhor escusa de responder, porque ele já vai mentir, que ele é o maior mentiroso aqui de Lousada, ele começa a mentir já, não quero a resposta dele, a resposta pode dar a esses vereadores que estão todos embebedados que na história dele, comigo o Sr. Presidente da Câmara fica a saber não me engana, pode enganar esse povo todo, menos a mim, porque as coisas estão vistas. E, mais, espero que ele tenha uma atitude de me mandar para a justiça, é isso que eu quero. Que eu já o meti lá, não é exatamente, eu já o meti lá, há dois anos, a Polícia Judiciária já esteve na Câmara ou você pensa que está a brincar com quem! Você está aí aprender a chamar burro ao pessoal, vocês chamam burros às pessoas aí aos seus colegas vereadores, mas a mim não me chamava, percebe. Olhe para mim eu estive na guerra, nunca apanhei um tiro ou você pensa que eu tenho medo de alguém? Ó meu amigo, eu tenho 73 anos, o meu limite já passou, eu tanto vou aqui como ali, entendeu. Não comece com essas coisas para mim, você não me ameaça.» -----

-----Saiu definitivamente da sala, pelas 00 hora e 15 minuto, o seguinte Membro da Assembleia Municipal: -----

•--- António Fernando Morais da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar do tornó e Alentém. -----

-----Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: -----

----- «Se me permitem esclarecer a Assembleia que me parece importante. Dizer que só depois da última Assembleia em que este cidadão aqui esteve, é que percebi exatamente o que ele pretendia e qual era o motivo da sua ira. Tem que ver com o facto de ele considerar que há uma parcela de terreno que foi identificada no dito processo de que ele fala como pertencendo ao vizinho e que, na opinião dele, pertence-lhe a ele. E, eu não estava a perceber sequer quando ele falava dos trabalhadores da Câmara que foram lá fazer trabalhos. Mas como é que entraram no terreno do homem não estava a perceber. Ali, havia qualquer coisa que não batia certo. Pois, os trabalhadores foram lá colocar a rede de água numa parcela de terreno no pressuposto de que ela era legitimamente de alguém ou era pública e segundo o senhor é dele. Já, expliquei à advogada dele que esteve na Câmara e que percebeu toda a situação que se porventura a Câmara foi lá fazer os trabalhos foi no pressuposto de que estava a intervir legitimada por alguém. Se acha que aquilo é dele, os tribunais existem para alguma coisa e é da competência exclusiva dos tribunais, tão simples quanto isso. Na altura mostrei disponibilidade para reunir, apesar, enfim, da difamação recorrente e injúrias de que sou alvo e hoje voltei a ser e, portanto, isto tem de ter limites. E, agora vou mesmo participar criminalmente, porque quer dizer, tudo tem um limite e, portanto, este cidadão acha que ou as coisas são à maneira dele ou estamos mal e, portanto, quando assim é, não há muito a dizer. Por isso, se tem razão, os tribunais existem para alguma coisa e, portanto, tem de fazer valer os seus direitos, como se faz num Estado de Direito. Se ele acha que há outros mecanismos para resolver os problemas, nem comento.» -----

----- E nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu a palavra ao senhor José Bernardino Nogueira, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, que leu a Minuta da Ata.**

-----E, em seguida a **Presidente da Assembleia, Lurdes Castro, submeteu à votação a Minuta da Ata n.º 10/2023, que foi aprovada por unanimidade de 30 votos** e que fica apensa a esta ata, **declarando a Sessão encerrada às 00 horas e 38 minutos.** -----

----- **Faltaram à sessão os seguintes membros municipais:** -----

- **Luis Daniel F. Peixoto**, Presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Coligação Acreditar Lousada e; -----
- **Armando da Costa Silva**, Presidente da Junta da União de Freguesias de Lustosa e barrosas (Santo Estevão).-----

-----**Não têm direito à senha de presença nesta sessão de 29/06/2023, os seguintes membros municipais:** -----

- -- **Diogo Agostinho C. Aires**, Presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Coligação Acreditar Lousada e; -----
- -- **João Fernando Pinto Magalhães**, Presidente da União de Freguesias de Figueira e Covas, Coligação Acreditar Lousada, **uma vez que não estiveram presentes em pelo menos 50% do tempo total da sessão, de acordo com alínea a), do n.º 2 do artigo n.º 17 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada mandato 2021/2025.** -----

Lousada, 29 de junho de 2023.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro Maria de Lurdes Oliveira e Castro

O 1º Secretário

José Bernardino Pinto Nogueira _____

O 2º Secretário

Rúben João Pinto Bessa nt g.ii-

Ata aprovada na sessão ordinária de 28/09/2023 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 29/06/2023.

